Estratégia Concursos

Aula 05

Pedagogia p/ Concursos - Curso Regular (Com Videoaulas) 2020

Autor:
Mariana Rosa Paludetto de Andrade
Aula 05

22 de Abril de 2020

Sumário

Apresentação da Aula 2

EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE 3

1 - O que é educação de qualidade? 3

2 - O PISA e a qualidade na educação no Brasil 6

3- O IDEB como avaliação da qualidade da educação 9

4- O caminho para a qualidade 11

5- As influências do neoliberalismo e da industrialização para conceituação de qualidade da educação 12

FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA 14

GESTÃO DEMOCRÁTICA 21

Porque a gestão deve ser democrática? 21

Como se constrói uma gestão democrática? 21

1- A participação democrática da comunidade na escola pública 22

1.1- Condicionantes na participação 23

2 - Os colegiados e sua participação nos processos decisórios da escola 26

2.1 - Conselho de Escola 26

2.2 Associação de Pais e Mestres (APM) 28

2.3 - Grêmio Estudantil 29

3- As formas da participação 30

3.1 Formas de Participação 30

3.1.3 Participação como representação 31

3.1.4 Participação como tomada de decisão 31

4 - As dimensões da participação 31

4.1 Dimensão Política 32

4.2 Dimensão Pedagógica 32
4.3 Dimensão Técnica 32
ORGANIZAÇÃO ESCOLAR 34
1 - Organização do sistema de ensino 36
1.1 Sistema Federal de Ensino 36
1.2 Sistema estadual de ensino 37
1.3 Sistema Municipal de Ensino 37
2 - Níveis e Modalidades da educação e de ensino 37
2.1 Educação Infantil 38
2.2 Ensino Fundamental 38
2.3 Ensino Médio 39
2.4 Ensino Superior 40
3 - Modalidades de Educação 41
3.1 Educação de Jovens e Adultos (EJA) 41
3.2 Educação profissional e tecnológica 41
3.3 Educação Especial 42
4 - A organização escolar no chão da escola 42
4.1 Organograma escolar 44
CONSIDERAÇÕES FINAIS 46
Questões Comentadas 47
Gabarito 70

APRESENTAÇÃO DA AULA

Olá, Estrategista! Tudo bem?

Estamos próximos da metade do nosso curso e já conseguimos nos aprofundar em vários assuntos que são fundamentais para a realização de uma boa prova.

Nossa aula de hoje está dividida em 4 temas: **educação pública de qualidade**; **função social da escola**; **gestão democrática** e **organização escolar**. Esses temas foram aqui divididos em tópicos e subtópicos mas vale lembrar que são temas indissociáveis. Não tem como estudarmos sobre a função social da escola sem falar da **gestão democrática**, por exemplo.

Portanto, durante sua leitura, busque compreender esses tópicos como assuntos interconectados e contextualizados. Certamente, isso vai facilitar para os momentos de revisão e para a prova em si.

Bom, chegou a hora de colocar a mão na massa! Não se esqueça de ler a **teoria**, fazer **revisões** periódicas e resolver muuuuuuitas **questões**!!! Vamos lá?

Abraços,

Professora Mariana

Ficou com dúvida? Quer saber mais?

Instagram

https://www.instagram.com/mari.pedagoga

Facebook

https://www.facebook.com/marianapaludettopedagoga

Site

https://marianapaludetto.wixsite.com/website

Youtube

Professora Mariana Paludetto

EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE

O Brasil foi um dos últimos países a **democratizar o acesso** ao ensino, tornando a educação um **direito** para todos. Enquanto países vizinhos, como a Argentina por exemplo, democratizaram acesso a uma educação laica, gratuita e para todos nos finais do século XIX[1], no Brasil o sonho desse modelo de escola que fosse de fato acessível a todos só se tornou concreto a partir da década de 90.

Inegavelmente a democratização do **acesso** e da **permanência** a escola são essenciais e devem ser prioridade dos governos e das políticas públicas de educação. Esse modelo republicano de uma escola laica, gratuita e para todos, é um grande avanço social para o país e deve ser mantido.

Se lembrarmos das nossas aulas anteriores, onde pudemos ver rapidamente como a educação se constituiu no Brasil, veremos que por muito tempo aqueles que não passavam nos exames pré admissionais não estudavam, ainda no ensino fundamental. Assim, apesar de supostamente todos terem acesso aos primeiros anos de escolarização, apenas aqueles que não tinham nenhum tipo de dificuldade conseguiam ingressar na escola.

Veja bem, tinhamos aqui uma escola homogênea, muito diferente da realidade que temos hoje. **A democratização do acesso modificou radicalmente as relações escolares.**

Teberosky[2] percebeu em sua pesquisa que as crianças que não tinham acesso ao mundo letrado, ou seja, cujo famílias não tinham condições de acesso à cultura, apresentavam maior dificuldade no momento da aprendizagem da leitura. Provavelmente, essas crianças venham justamente dessas famílias que não tiveram acesso à escola e, sem a democratização de ensino, provavelmente ainda não teriam.

Porém, com essa ampliação de acesso um novo problema surge: a questão da **qualidade** da educação.

1 - O que é educação de qualidade?

Tudo bem. Existe uma certa unanimidade entre os autores que essa maior demanda e mais facilidade de acesso à escola comprometeu a qualidade do ensino. Além disso, vemos a todo momento nas mídias ou no meio acadêmico, as notícias sobre a má qualidade da educação no país.

Mas o que é, afinal de contas, uma educação de qualidade?

O conceito de qualidade na educação não é uma unanimidade. Longe disso. O que cada indivíduo tem como modelo de educação e de formação do homem e da vida em sociedade, determinará suas

[1] LAJONQUIÉRE, Leandro. Quando o sonho cessa e a ilusão psicopedagógica nos invade, a escola entra em crise. Notas comparativas entre Argentina, Brasil, França.

[2] TEBEROSKY, Ana; COLOMER, Teresa. Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista.

convicções sobre o que é ou não qualidade na escola. Assim, **a avaliação de qualidade na escola pode ser bem subjetiva.**

Dourado [3]diz em seu texto que "a discussão acerca da qualidade da educação remete à **definição do que se entende por educação**. Para alguns, ela ela se restringe às diferentes etapas de escolarização que se apresentam de modo sistemático por meio do sistema escolar. Para outros, a educação deve ser entendida como espaço múltiplo, que compreende diferentes atores, espaços e dinâmicas formativas, efetivado por meio de processos sistemáticos e assistemáticos."

Aqui, podemos então colocar vários aspectos sob perspectiva: as avaliações (em especial as avaliações externas) realmente retratam o que acontece nas escolas? o que avaliamos coincide com o que é ensinado? se cada vez as crianças passam mais tempo dentro de instituições dedicadas á educação, como podem "aprender cada vez menos?"

Definir o que é qualidade é difícil é um "**fenômeno complexo, abrangente e que envolve múltiplas dimensões**, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento da variedade e das quantidades mínimas de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem".

A definição do que qualidade na escola tem que abranger também aquilo que acontece extraescola. Assim, levar em consideração a dimensão socioeconômica e cultural das famílias dos alunos e também compreender a necessidades de **políticas públicas** que existam além do ensino em si mas são atreladas a escola (transporte, alimentação, uniforme, material, etc.), é essencial para qualquer discussão em torno da questão da qualidade em educação.

Dessa forma, a escola com **qualidade social** deve desenvolver-se em sintonia com ações direcionadas à **superação de dificuldades** sócioeconômica- cultural.

Libâneo[4] afirma que precisamos ter claro o modelo de aluno e definir de forma concreta e objetiva quais as diretrizes, quais os nossos objetivos para alcançar uma educação de qualidade. Ou seja, precisamos definir o que é essa educação de qualidade para, em sequência, definirmos um caminho para atingir esse objetivo.

Paro[5] também afirmará que a indefinição precisa do conceito de qualidade causa prejuízo, visto que dessa forma não são delimitados objetivos a serem alcançados e, portanto, não temos um caminho a ser seguido.

Para o autor, **a escola para ter qualidade deve atuar em duas frentes**:

- ✓ Na **esfera individual**, garantindo aos alunos que eles possuam as ferramentas adequadas para **"viver bem",** interagir em sociedade, se integrar ao mercado de trabalho, atingir níveis superiores de ensino, etc.;

---

[3] DOURADO;OLIVEIRA. A qualidade da educação: perspectivas e desafios.

[4] LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI. Educação escolar: políticas, estrutura e organização.

[5] PARO. Gestão Escolar, democracia e qualidade de ensino.

✓ Na **esfera social**, preparando o aluno para que ele seja um **cidadão participativo** de fato e que seja capaz não só de participar da vida em sociedade mas também em modificar aspectos da vida social, buscando a melhoria de qualidade de vida não só para ele mas para todos.

Dessa forma, para o Paro, escola com qualidade é a escola que prega **educação para a democracia.**

Cortella[6] também compartilha da ideia que a qualidade da educação passa pelos processos de **fortalecimento de uma gestão democrática**, a **garantia de acesso e permanência** e a **democratização da instituição escolar** na mesma perspectiva que traz Paro.



*Ainda nessa aula teremos a oportunidade de aprofundar um pouco mais os estudos sobre o que é essa **educação para a democracia**.*

Separei para vocês um recorte da obra de **Libâneo** onde ele explicita bem o seu entendimento de **educação de qualidade**. Preste bem atenção nesses conceitos, pois a visão desse autor é, constantemente cobrada em provas:



"Devemos inferir, portanto, que a **educação de qualidade** é aquela mediante a qual a escola promove, **para todos**, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao **atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos**, bem como sua inserção no mundo e a constituição da **cidadania** também como poder de participação, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. **Qualidade é, pois, conceito implícito a educação e ao ensino**"(Pg. 132)

[6] CORTELLA. Educação, Escola e Docência: novos tempos, novas atitudes.

Ou seja, o autor defende que a educação pública para ser considerada de qualidade envolva a preparação para o processo produtivo e para a vida em uma sociedade, formação para a cidadania crítica e participativa e, também, a **formação ética** dos estudantes.

Apesar das críticas aos modelos de avaliações externas e as interferências dos órgãos internacionais nas políticas públicas de educação, que desconsideram as especificidades de cada país / de cada região, os autores são unanimes em apontar a grande necessidade de elevar os níveis de conhecimento científico, cultural e técnico da população.



E o que diz a legislação com relação a qualidade da educação?

> A Resolução CNE/CEB nº 04/2010 fala sobre a escola com **qualidade social**, definindo-a como aquela escola em que é adotada a **centralidade no estudante e na aprendizagem**, favorecendo a **inclusão de todos**, valorizando as **diferenças** e atendendo às pluralidades e à diversidade cultural, inclusive incluindo as manifestações culturais da comunidade.

2 - O PISA e a qualidade na educação no Brasil

Muitos autores questionam a transparência e fidedignidade das avaliaçoes externas padronizadas como forma de classificar as escolas e os sistemas de ensino ou, ainda, de atestar a qualidade (ou má qualidade) da educação do país. Porém, aqui nos atenteremos em compreender que os testes internacionais atestam o mau desempenho dos alunos.

Usando como parâmetro o PISA 2018, observamos que a proficiência dos alunos brasileiros em **letramento** em leitura foi de **413 pontos**, 74 pontos abaixo da média.

PAÍS	RANKING[1]	MÉDIA
Canadá	4-8	520
Finlândia	4-9	520
Coreia	6-11	514
Estados Unidos	10-20	505
Portugal	20-26	492
Média OCDE[5]	--	487
Chile	42-44	452
Uruguai	46-52	427
Costa Rica	46-54	426
México	49-57	420
Brasil	55-59	413
Colômbia	54-61	412
Argentina	60-66	402
Peru	61-66	401

[7]

Olhando esses resultados podemos antever que, por maiores que sejam as críticas que tenhamos sobre as formas como essas avaliações são concebidas, é inquestionável que **nossos alunos não estão aprendendo conteúdos básicos da leitura e escrita.**

Em Matemática, nosso desempenho é ainda pior, conforme tabela:

PAÍS	RANKING[1]	MÉDIA
Peru	62-67	400
Colômbia	66-70	391
Brasil	69-72	384
Argentina	70-73	379
Panamá	76-77	353
República Dominicana	78-78	325

Fonte: Ineo, com base em OCDE.

Aqui ocupamos a **69º posição**, ficando atrás de países vizinhos, que possuem um processo de constituição de educação e modelo de sistema educacional bem semelhante ao nosso.

[7] Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/documentos/2019

A última área do saber avaliada durante os exames, **Ciências**, apresenta também um desempenho ruim dos estudantes brasileiros.

PAÍS	RANKING[1]	MÉDIA
Finlândia	5-9	522
Coreia	6-10	519
Canadá	6-10	518
Estados Unidos	12-23	502
Portugal	21-29	492
Média OCDE	-	489
Espanha	29-32	483
Chile	44-47	444
Uruguai	51-57	426
México	55-62	419
Costa Rica	56-63	416
Colômbia	58-64	413
Peru	63-67	404
Argentina	63-68	404
Brasil	64-67	404
Panamá	75-77	365
República Dominicana	78-78	336

A média de proficiência dos alunos brasileiros foi de **404 pontos**, 85 pontos abaixo da média estabelecida.

Ainda no documento do INEP onde os dados do último resultado do PISA é apresentado, eles trazem a ideia de que **fatores extraescolares influenciam a aprendizagem**: " Uma das mais importantes variáveis associadas ao desempenho dos estudantes, conforme evidenciado em uma vasta literatura nacional e internacional, é o **contexto socioeconômico** em que eles vivem. Crianças e jovens cujos pais possuem menor escolaridade, menor nível de renda, são desempregados ou possuem ocupações de baixo prestígio econômico e social são mais propensas a apresentarem piores resultados educacionais, como o aprendizado em sala de aula."

Já com relação aos **aspectos intraescolares**, foi apontado pelo documento que as **interferências** no processo de ensino-aprendizagem são:

- Tamanho das turmas;
- Razão estudante-professor;
- Recursos educacionais
- Falta de pessoal;
- Atividades extracurriculares;
- Suporte ao aluno fora da sala de aula.

3- O IDEB como avaliação da qualidade da educação

O **índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)** [8] surgiu em 2007 e tem como objetivo avaliar a qualidade do ensino no Brasil em todos os seus níveis: **sistema de ensino federal, estadual e municipal.**

Seu resultado é o produto de dois importantes indicadores para avaliar a qualidade da educação: o **fluxo escolar** e as **médias de desempenho nas avaliações.**

Os resultados obtidos pelos alunos estão compreendidos na tabela abaixo:

Anos Iniciais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado							Metas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	5.8	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0
Dependência Administrativa															
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	5.8	6.0	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.6	5.9	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	5.6	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.8	7.1	6.0	6.3	6.6	6.8	7.0	7.2	7.4	7.5
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	5.5	3.6	4.0	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5	5.8

Anos Finais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado							Metas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Total	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	4.5	4.7	3.5	3.7	3.9	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5
Dependência Administrativa															
Estadual	3.3	3.6	3.8	3.9	4.0	4.2	4.5	3.3	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.3
Municipal	3.1	3.4	3.6	3.8	3.8	4.1	4.3	3.1	3.3	3.5	3.9	4.3	4.6	4.9	5.1
Privada	5.8	5.8	5.9	6.0	5.9	6.1	6.4	5.8	6.0	6.2	6.5	6.8	7.0	7.1	7.3
Pública	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0	4.2	4.4	3.3	3.4	3.7	4.1	4.5	4.7	5.0	5.2

Ensino Médio

	IDEB Observado							Metas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Total	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.7	3.8	3.4	3.5	3.7	3.9	4.3	4.7	5.0	5.2
Dependência Administrativa															
Estadual	3.0	3.2	3.4	3.4	3.4	3.5	3.5	3.1	3.2	3.3	3.6	3.9	4.4	4.6	4.9
Privada	5.6	5.6	5.6	5.7	5.4	5.3	5.8	5.6	5.7	5.8	6.0	6.3	6.7	6.8	7.0
Pública	3.1	3.2	3.4	3.4	3.4	3.5	3.5	3.1	3.2	3.4	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.
Fonte: Saeb e Censo Escolar.

[8] Disponível em: http://portal.inep.gov.br/ideb

Muitos autores, como **Chirinéa e Barreiro**[9] criticam os modelos de educação padronizada, como o caso do IDEB e do PISA, dizendo que, em geral, os dados coletados por essas avaliações levam ao julgamento das escolas ou dos sistemas envolvidos sem, de fato, a preocupação com o desenvolvimento de novas políticas públicas que favoreçam uma educação de qualidade.

Freitas[10] também defende que as avaliações padronizadas quando encaradas apenas de forma a encontrar culpados é ineficiente e não favorece a real aprendizagem dos alunos, pois não se desenrola em definições de políticas públicas mais integradas.

Paro também afirma que educação não é apenas informação e que a qualidade da educação não pode "ser verificada de forma imediata e relativamente rigorosa por meio de mecanismos convencionais de aferição, aplicáveis à maioria dos produtos postos à venda no mercado".

Assim, o autor defende que precisamos "nos referir à **educação por inteiro** e não apenas a aspectos parciais passíveis de aferição mediante provas e exames convencionais" quando estamos falando sobre qualidade da educação pública.



É importante ressaltar que o **IDEB** e o **PISA** surgiram com o objetivo de criar uma escala única, aplicável para todos, para avaliar o desempenho dos alunos. Os resultados obtidos devem servir para **avaliar os sistemas de ensino** e não as escolas.
A ideia é que os sistemas de ensino em contato com esse resultado reveja suas práticas e reformule seu currículo com o objetivo final de garantir um melhor desempenho nessas avaliações, o que também pode ser entendido como uma garantia de melhora na qualidade da educação.



[9] HIRINÉA; BARREIRO. Qualidade da educação: eficiência, eficácia e produtividade escolar.

[10] FREITAS. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino.

Oportunamente, iremos nos dedicar a estudar com afinco e de forma mais detalhadas o PISA e o IDEB, quando tivermos nossa aula de Avaliação. Por enquanto, o objetivo é compreender de onde vem os dados que apresentam um cenário de má qualidade da educação brasileira.

4- O caminho para a qualidade

Já entendemos como é difícil definir a qualidade na educação, refletimos sobre esses aspectos e nos deparamos com os dados referentes às avaliações realizadas pelos estudantes brasileiros. Muito bem.

Agora, vamos começar a delimitar quais as possibilidades de caminho para alcançar uma educação que tenha qualidade, onde as crianças de fato aprendam.

Libâneo afirma para nós que existe já um reconhecimento geral da necessidade de a educação **preparar para o mundo do trabalho**, o que impacta diretamente o desempenho da economia e o desempenho técnico-científico do país.

Não obstante, o autor defende que não devemos nos limitar a isso, sendo necessário também prover uma formação voltada para a **cidadania** e a formação de **valores**, que possibilite a valorização da vida humana em todas as dimensões. Assim, uma educação de fato de qualidade favoreceria a qualidade é aquela que promove o **desenvolvimento integral** dos alunos.

Tendo em vista todo esse cenário, muitos autores apontam caminhos para alcançar a qualidade na educação, como:[11]

- ✓ **Selecionar os melhores professores**, através de salários atrativos, planos de carreira e valorização profissional. Muitos estudos já apontam que o professor que apresenta um bom desempenho e boa relação com os alunos, acarreta turmas com desempenhos mais elevados em avaliações padronizadas.
- ✓ Cuidar da **formação continuada** docente, pois não adianta apenas selecionar os melhores, é preciso garantir que eles se mantenham em constante processo de aprendizado e se atualizando.
- ✓ Não deixar **nenhum aluno para trás**, porque a definição de qualidade perpassa a democratização de acesso e permanência e vai além disso, garantindo direito aos alunos a uma escola de fato de qualidade.
- ✓ Preparar **grandes gestores**, para que a administração dos recursos materiais e humanos das escolas sejam bem aproveitados.

Essas quatro grandes mudanças foram responsáveis por uma melhora considerável no desempenho de países como Japão, Suécia e Islândia nas avaliações internacionais, como o PISA, por exemplo.

Além disso, conforme já vimos, os autores apontam que falar em qualidade da educação deve ser uma discussão mais ampla que leve em conta o rendimento dos alunos nas provas mas, também, que o

[11] RATIER. O caminho para a qualidade.

prepare para a vida em sociedade e para a **dimensão ética e política**, formando o indivíduo em todas as suas esferas.

Ainda em concordância com essa perspectiva, **Tedesco e Rebelatto**[12] definem como escola de qualidade social "aquela que **atende às expectativas de vida das famílias, estudantes e profissionais** que a compõem e também colabora na construção de vivências humanas efetivamente democráticas."

5- As influências do neoliberalismo e da industrialização para conceituação de qualidade da educação

Com o processo de crescimento da sociedade industrial, marcada fortemente pelo **tecnicismo** e pelas ideias do **neoliberalismo**, a escola vem incorporando alguns conceitos que eram restritos ao mundo **empresarial.**

A ideia de **competência, eficácia e eficiência** está atrelada a esses ideais e refletem no modelo que temos de avaliações de larga escala, que medem o quanto as crianças possuem determinadas habilidades ou o quanto são eficientes em resolver problemas.

Quando não tomado cuidado, esses conceitos ocupam todo o campo educativo, sobrando muito pouco ou nenhum espaço para pensarmos na **formação ética e estética** dos alunos.

Se isso ocorre, não conseguimos favorecer a tão falada **formação integral**, que contemple o ser humano em sua plenitude. Portanto, cada vez mais os autores da educação tem buscado refletir sobre esses temas.

A escola não pode ser vista como uma empresa, nem o aluno como cliente e, muito menos, o ensino como mercadoria. Não podemos pensar no processo de ensino-aprendizagem através da ótica da produção, excluindo então aqueles que "não produzem".

Uma escola pautada nesses ideais competitivos é fundamentalmente **exclusiva e antidemocrática**.

Chegou a hora de treinarmos um pouco! Vamos lá?



(VUNESP – 2019 -Prefeitura de Olímpia / SP – Inspetor de Alunos)

[12] TEDESCO; REBELATTO. Qualidade social da educação: um debate em aberto.

A Resolução CNE/CEB nº 04/2010, em seu artigo 9º , dispõe que “A escola de qualidade social é aquela que adota como centralidade o estudante e a aprendizagem”. A seguir, elenca requisitos que cabe à escola de qualidade atender, entre eles aquele que declara a necessária consideração sobre a “(...) inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural (inciso II)”.

Para a escola ser considerada de qualidade e atender o disposto no inciso II do artigo 9º , ela deve

(A) resgatar e respeitar as várias manifestações da comunidade.

(B) focalizar todo o seu trabalho no que ocorre em seu próprio interior.

(C) formar grupos de estudos por segmentos: docentes, discentes, funcionários e pais.

(D) preocupar-se com a transmissão de conteúdos, adaptando-os aos diferentes tipos de alunos.

Comentários:

Letra A: Certo. Respeitar as manifestações da comunidade é um dos exemplos de como podemos instaurar um modelo de escola democrática e inclusiva.

Letra B: Errado. A escola, cada vez mais, deve estar aberta e possibilitar o diálogo e participação de toda comunidade.

Letra C: Errado. A ideia é que todos participem de maneira igualitária e que exista um intercâmbio entre pais, professores, alunos e demais funcionários. O ideal é que todos participem juntos das decisões.

Letra D: Errado.

Alternativa correta: (a)

FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Certamente, a mais cobrada em concursos e referenciada no meio acadêmico quando falamos em função social da escola é **Celina Areas**[13]. Aqui, partiremos das ideias da autora para desenvolver a conceituação desse tema.

Primeiramente, é interessante delimitarmos o que é educação, dentro da perspectiva da autora. Bem, ela traz educação como um processo e como uma prática social, contínuo e com foco formativo, sendo um **direito inalienável do cidadão** (lembram da nossa aula de legislação? segundo a CF 88 - direito público subjetivo!).

A educação em seu sentido mais amplo acontece nos mais diversos lugares e tem muitas "caras". Porém, claro, a **escola é o lugar privilegiado para garantia do direito à educação** e é onde os processos de educação mais sistemáticos e organizados acontecem.

Areas acredita que para alcançar sua função social, a escola deva garantir a **universalização** de **acesso** e a **ampliação da jornada** escolar, com garantia de **permanência** bem sucedida, para todos os alunos.

A autora defende que, portanto, existem algumas tarefas que são indispensáveis à escola:

- ✓ **Socializar** o saber sistematizado;
- ✓ Fazer com que o saber seja **criticamente** apropriado pelos alunos;
- ✓ Aliar saber científico ao **saber prévio** dos alunos;
- ✓ Adotar uma **gestão participativa / democrática**;
- ✓ Contribuir para a construção de um país mais **justo e igualitário**.[14]



A nossa Constituição Federal traz em seu Art. 5º a definição da **função social da escola**, conforme relembra-nos a autora.

Vamos retomá-lo?

---

[13] AREAS. Função social da escola.

[14] Disponível em http://portal.mec.gov.br/arquivos/conferencia/documentos/celina_areas.pdf

> *"A **educação**, **direito** de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao **pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".***

Observamos, portanto, que na legislação o apontado como função da escola é, em primeiro lugar, a formação integral do sujeito (**esfera individual**), sua formação enquanto cidadão crítico e participativo (**esfera social**) e, além disso, sua qualificação para mercado de trabalho (atendimento às demandas de mão de obra qualificada).

Na LDB também aparecem definições dos princípios e da função da escola, conforme veremos a seguir:

> ***TÍTULO I - Da Educação***
>
> *Art. 1º A **educação** abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.*
>
> *§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao **mundo do trabalho e à prática social.***
>
> ***TÍTULO II - Dos Princípios e Fins da Educação Nacional***
>
> *Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o **pleno desenvolvimento do educando**, seu preparo para o exercício da **cidadania** e sua qualificação para o **trabalho**.*

Como podemos ver, a lei de diretrizes e bases também traz como função social da escola o desenvolvimento integral do indivíduo, seu preparo como cidadão e sua formação para o mercado de trabalho.

Para **Paulo Freire**, a formação do indivíduo deve contemplar o desenvolvimento de seu papel como dirigente do seu próprio destino (**autonomia**), dos destinos de sua educação (**esfera individual**) e do destino da sua sociedade (**esfera social**). Assim, a escola deve formar o cidadão solidário, crítico, ético e participativo.



Pablo **Gentili** afirma que na **visão neoliberal** da função social da escola, a instituição deve ter por função e princípio a transmissão de competências e habilidades necessárias para atuarem competitivamente no mercado de trabalho, que é altamente seletivo e cada vez mais restrito, deixando de lado os aspectos de formação ética dos estudantes.

Essa visão está impregnada dessa visão de função da escola. Apesar dos discursos emancipatórios, em geral a escola ainda se preocupa com a preparação para "o futuro", considerando nesse futuro apenas a preparação para o mercado de trabalho e para continuidade de estudos, perdendo cada vez mais esse compromisso com a formação ética e política.

Areas, indo na contramão da função social da escola na visão neoliberalista, afirma que a função social da escola é um compromisso com a formação do cidadão através do fortalecimento dos valores de solidariedade, um compromisso com a **transformação da sociedade**.

Assim, podemos entender que "a função social da escola é o **desenvolvimento das potencialidades** físicas, cognitivas e afetivas do indivíduo, capacitando-o a tornar um cidadão, participativo na sociedade em que vivem. A função básica da escola é garantir a aprendizagem de conhecimento, habilidades e valores necessários à socialização do indivíduo sendo necessário que a escola propicie o domínio dos conteúdos culturais básicos da leitura, da escrita, da ciência das artes e das letras, sem estas aprendizagens dificilmente o aluno poderá exercer seus **direitos de cidadania**."[15]

Para **Dubet**[16], a discussão sobre função da escola parte do princípio de que a escola deve ser justa. Porém, definir uma escola justa é extremamente difícil. O coreto é ensinar o mesmo conteúdo a todos, de forma democrática, ou ensinar levando em conta apenas as especificidades de cada um? Um currículo mínimo comum, como a BNCC, garante que todos aprendam a mesma coisa mas também poda o desenvolvimento de algumas habilidades especificas de algum aluno ou de alguma comunidade. Dessa forma, a função social da escola é buscar **se aproximar de um ideário de justiça social.**



[15] Disponível em brasilescola.uol.com.br

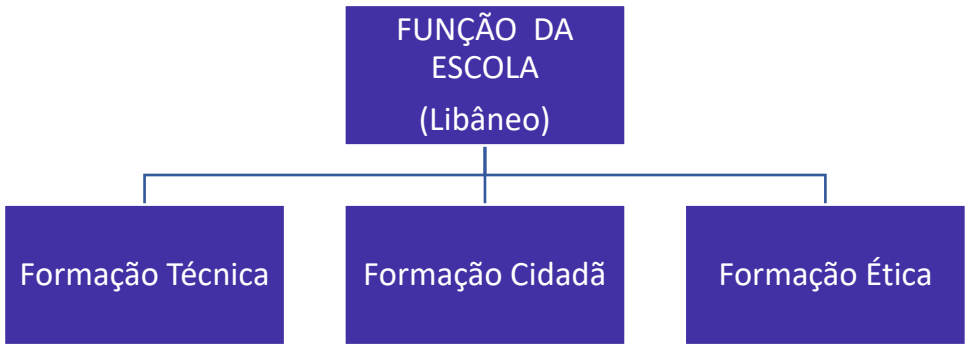
[16] DUBET.O que é uma escola justa?

Para **Libâneo**[17], no contexto da sociedade contemporânea, a escola tem uma **tríplice responsabilidade**:

- ✓ Ser **agente de mudança**, capaz de gerar conhecimento e desenvolver a ciência e a tecnologia;
- ✓ Trabalhar a **tradição e os valores** nacionais ;
- ✓ Preparar **cidadãos** capazes de entender o mundo, seu país, sua realidade e de transformá-la positivamente.

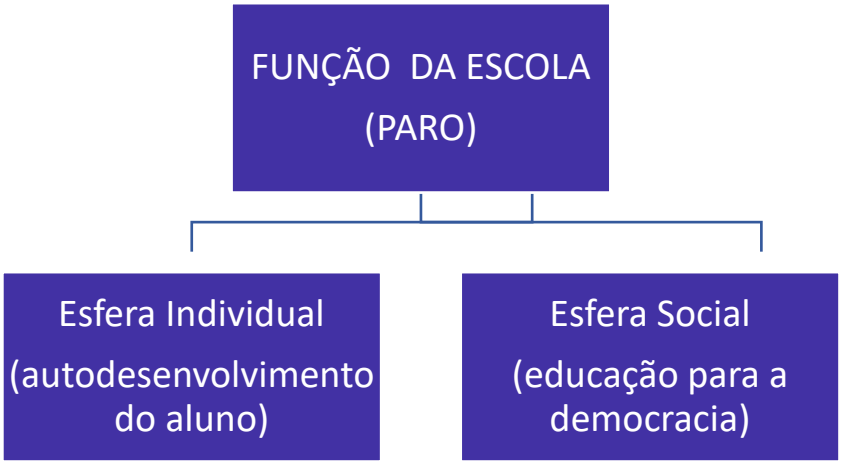
Esse tríplice responsabilidade, segundo o autor, indicam **três objetivos fundamentais da escola pública** atual:

1. **Preparação para o processo produtivo e para a vida em uma sociedade técnico-informacional**, que envolve o preparo para o mercado de trabalho, através da formação geral, cultural e científica de cada um dos estudantes, desenvolvendo saberes e habilidades, além do desenvolvimento do pensamento crítico e criativo.
2. **Formação para a cidadania crítica e participativa**, onde o cidadão é capaz de interferir positivamente na sua própria comunidade, sendo agente de mudança, buscando a justiça social. Para isso, é necessário também que a escola favoreça o desenvolvimento de competências sociais, como relações grupais e intergrupais, processos democráticos e eficazes de tomada de decisões, capacidades sociocomunicativas, de iniciativa, liderança, responsabilidade, resolução de problemas, etc.
3. **A formação ética**, que é um dos pontos fortes da escola do presente e do futuro. Trata-se de formar valores e atitudes de solidariedade, respeito às diferenças e empatia. A escola deve auxiliar no desenvolvimento de competências comunicativas que possibilitarão diálogo e consenso baseados na razão crítica.



Paro entende a educação como a atualização histórica do homem e acredita que a escola fundamental deve se pautar em **duas esferas: individual e social.**

[17] LIBÂNEO. Organização Escolar: políticas, estrutura e organização.



A **dimensão individual** de formação do aluno está relacionada com a aquisição de saberes e competências necessárias para seu desenvolvimento, dando-lhe condições necessárias para **"viver bem".**

Já a formação na **dimensão social**, está ligada à formação do **cidadão crítico e participativo**, que não apenas convive em sociedade mas que possui as ferramentas necessárias para modificá-la, se necessário. É a formação do indivíduo capaz de contribuir para a construção de uma ordem social mais adequada. Podemos definir essa dimensão social como **educação para a democracia**.

Paro afirma que a educação para a democracia é o que chamamos de função social da escola pública. Esse ideal de educação está, claro, intrinsecamente ligada à questão da qualidade do ensino e dos objetivos da escola.

Para ser um cidadão de fato participativo, é necessário possuir saberes que te possibilitem atuar na esfera social, inclusive modificando a realidade de sua sociedade. Sendo a escola o local privilegiado de educação, caberia a ela dotá-los das capacidades culturais, exigidas para isso.

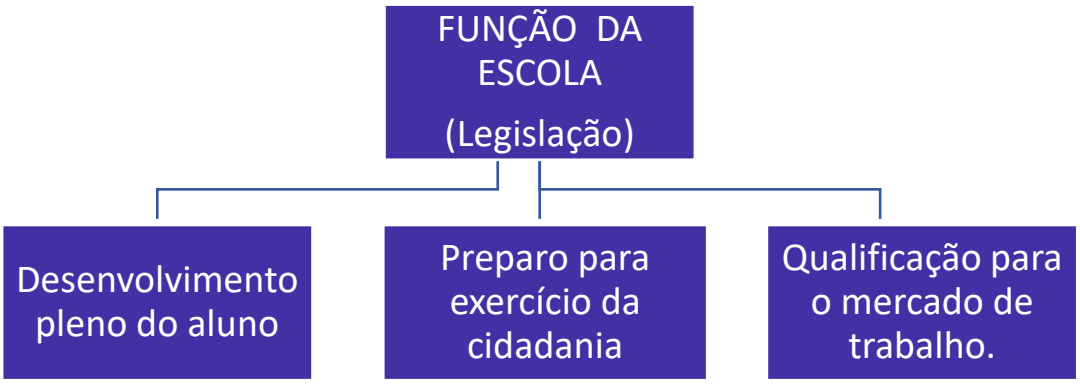
Dessa forma, sob a perspectiva do Paro, é essencial que a escola se preocupe de fato em formar um democrata. Isso pode ser alcançado através de **três elementos** que seriam indispensáveis e interdependentes para a compreensão **da educação para a democracia**:

1. **A formação intelectual e a informação** - informar e introduzir nas diferentes áreas do conhecimento, inclusive através da arte e da literatura.
2. **A formação moral -** vinculada aos valores republicanos e democráticos, que são aprendidos pela consciência ética
3. **A educação do comportamento -** no sentido de enraizar hábitos de tolerância diante do diferente, aprender através da cooperação ativa e da subordinação do interesse individual ao interesse coletivo, visando o bem comum.

Gramsci também defendia essa ideia, sendo grande crítico do ensino profissional por ter seu foco totalmente centrado nos aspectos técnicos, abandonando as **dimensões éticas e políticas** da formação do sujeito. Ele acreditava que o sujeito tinha que ser educado não apenas para ser um bom profissional mas também para ser um cidadão capaz de participar crítica e ativamente da sua comunidade.

Para finalizar, Paro também afirma que hoje as escolas não podem mais se restringir à mera veiculação de informações, como fazia no passado. A escola possui essas novas demandas, novas funções, que são fundamentais e centrais para garantia de qualidade, tendo como princípio fundamental e estruturante a formação do cidadão.

Enfim, vimos a visão de vários autores sobre qual é a função da escola e, não podemos esquecer, lá no começo da aula, enquanto falávamos sobre o que diz a legislação, pudemos nos aprofundar no que a CF88 e a LDB apresentam como função da escola:



A legislação educacional vê uma **tríade de funções para a escola**: o desenvolvimento pleno do aluno (esfera individual), o preparo para exercício da cidadania (esfera social) e qualificação para mercado de trabalho (mão de obra qualificada).

Agora chegou a hora de treinar e ver se está claro o conteúdo que acabamos de estudar.

Vamos lá?



(VUNESP – 2019 -Prefeitura de Olímpia - SP – Docente)

Quanto à função social da Escola, a Lei Federal nº 9.394/96, LDBEN, no artigo 2º , dispõe que: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade

(A) a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola dos educandos com altas habilidades

(B) o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

(C) o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência e/ou transtornos globais do desenvolvimento.

(D) o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de material didático escolar, transporte e alimentação".

Comentários:

Todas essas afirmativas correspondem a pontos importantes para garantia da qualidade da educação pública. Porém, quando falamos em função social da escola, estamos pensando no desenvolvimento pleno do aluno, com foco na formação cidadã e na qualificação para o trabalho.

Alternativa correta: (B)

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Autores como **Paro** e **Libâneo**, que estamos estudando nesse curso por serem cobrados com bastante frequência nas provas de concurso, defendem que a qualidade de ensino perpassa por todos os aspectos da organização da escola.

Dessa forma, para garantir uma educação de qualidade, em suas esferas pessoais e sociais, precisamos que a escola apresente algumas características:

- ✓ **Aluno como centro do processo** de ensino;
- ✓ Professor com boa formação e com boas oportunidades de **formação continuada**;
- ✓ **Acesso aos patrimônios** artísticos, culturais e científicos da humanidade;
- ✓ **Recursos** humanos e financeiros;
- ✓ Uma **gestão democrática** da escola.

Assim, aqui nos interessará conhecer um pouco mais sobre o aspecto da gestão, através de dois pontos: porque a gestão deve ser democrática e como se constrói uma gestão democrática.

Por que a gestão deve ser democrática?

Vimos a pouco que para uma educação ter qualidade social, ela precisa ser orientada como uma **educação para a democracia**. Ou seja, a educação precisa ser voltada para preparar o sujeito para não só participar da vida pública da sua comunidade como também para ser capaz de modificá-la.

Paro afirma que não tem como pregarmos uma educação para a democracia se a própria instituição escolar não é uma instância democrática.

O autor afirma que o discurso de formar o cidadão, de prepara o aluno para o exercício da cidadania tem sido cada vez mais empregado pelas escolas e pelos sistemas de ensino, porém, não são aplicados dispositivos realmente democráticos dentro da escola.

Como se constrói uma gestão democrática?

De forma resumida, podemos dizer que a garantia de uma gestão democrática se dá, em especial, pela garantia de que **os processos decisórios serão feitos pela maioria da comunidade escolar**, representada pelo **Conselho de Escola, pela Associação de Pais e Mestres, pelo Grêmio Estudantil**, entre outros.

Esses instrumentos de participação de todos envolvidos na escola (professores, funcionários, pais, alunos e comunidade em geral) buscam um exercício mais **transparente e coerente** da gestão escolar, e que de fato atenta as demandas da comunidade.

1- A participação democrática da comunidade na escola pública

Paro[18] , ao ressaltar que a escola deve ser local de **democracia**, aponta que existem uma série de fatores que dificultam ou até mesmo impossibilitam a gestão democrática.

A primeira e, provavelmente, mais importante delas, é que para a construção de uma escola democrática, precisamos prever uma estruturação horizontal entre os envolvidos no processo de tomada de decisão, e, apesar do discurso democrático, **as escolas ainda se compõem em sua grande maioria (em especial as públicas), com uma estrutura hierarquizada, em formato piramidal**:



[18] PARO. Gestão democrática da escola pública.

Dentro desse formato, o **diretor é a autoridade máxima da escola**, o que o coloca em uma posição especialmente delicada: a decisão, mesmo que feita democraticamente, de como será realizado os eventos e de como será gasto a verba, é integralmente de sua responsabilidade.

Ou seja, mesmo que a comunidade escolar opte, durante as reuniões de **Conselho de Escola**, a comprar um determinado item que não poderia ser comprado com verba pública, visando que essa compra sim atenderia as necessidades da escola, quem assumirá a responsabilidade administrativa, civil e, em alguns casos, até criminal desse ato, será o diretor da escola. Não obstante, tantos diretores costumam ser avessos à participação de quem quer que seja nos processos de decisão na escola, alegando que "é o dele que está na reta".

Outro ponto sempre recorrente quando falamos em participação ativa na escola, é o discurso que os pais não querem participar. **Paro** apresenta pesquisas em sua obra que demonstram que sim, **os pais têm interesse em fazer parte da escola**, mas não da forma como a escola oferece esse espaço de participação.

Em geral, os pais percebem que a escola age com eles a partir de uma perspectiva paternalista: como se eles fossem "coitados", desprovidos de capacidade de compreensão e carentes em todos os sentidos da palavra, sendo incapazes de ajudar nos processos de decisão.

Os pais também apontam que é comum receber convite das escolas apenas quando é para falar do mau comportamento dos filhos ou para participar de eventos e festividades que não interessam a comunidade. Ressaltam que, de forma geral, não são ouvidos pela escola sobre as reais necessidades do entorno.

Ainda relacionado a participação dos pais, muitos complementam que gostariam de participar, mas que os horários da reunião impossibilitam a participação, por coincidirem com horário de trabalho ou outros afazeres essenciais.



1.1- Condicionantes na participação

Paro afirma que existem condicionantes **internos** e **externos** que interferem na participação dos pais na escola. Entre os condicionantes **internos estão: os de ordem material, os institucionais, os político-sociais e os ideológicos.**

- ✓ **As condições de trabalho ou os condicionantes materiais da participação:**

As **condições precárias** das escolas, com falta de recursos, é um dos impedimentos para participação de todos nos processos decisórios. Um exemplo disso é que as próprias reuniões de Conselho de Escola são limitadas a um número restrito de pessoas pela falta de um local adequado para esses eventos

✓ **Os condicionantes institucionais:**

Como já falamos, a escola ainda funciona a partir de um esquema empresarial, de **caráter hierárquico**. Torna-se muito difícil estabelecer relações interpessoais horizontais e antiautoritárias dentro de um sistema tão burocratizado.

✓ **Os condicionantes político-sociais:**

Ter uma escola com caráter democrático é mais difícil. Participar de um Conselho de Escola verdadeiramente democrático é bem mais difícil do que participar de um "de faz-de-conta". Isso porque é inevitável, dentro de um sistema democrático, que exista **discordância** (radicais, inclusive) entre os membros de um mesmo colegiado.

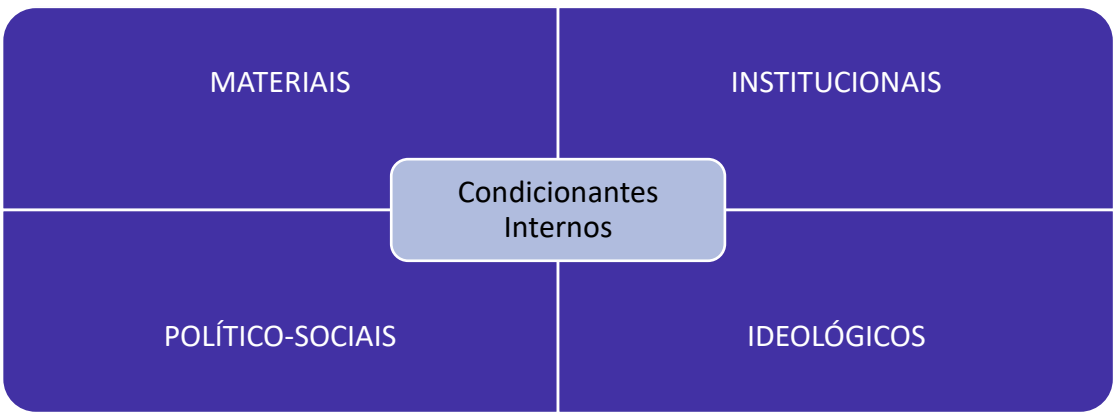
Assim, desenvolver a capacidade de ouvir, ter empatia, respeitar a diversidade é fundamental para conseguir exercitar a democracia na escola.

✓ **Os condicionantes ideológicos da participação:**

Estamos aqui falando de todas **as crenças e de valores** de cada sujeito, ou seja, da personalidade de cada um. Podemos pensar aqui tanto nos aspectos internos de cada um para participar quanto também da leitura que se faz dos outros.

Por exemplo, quando a escola diz que os pais não têm interesse na vida escolar das crianças, isso é uma leitura que os membros da escola fazem da família, que nem sempre corresponde a verdade. Como vimos, na verdade, em geral as famílias desejam participar.

O autor também ressalta um aspecto interessante, que **muitas vezes os pais não participam pela descrença de que serão de fato escutados**, devido experiências anteriores.



Paro[19] também afirma que existem alguns determinantes da participação presentes na comunidade, que são os **condicionantes externos**:

✓ **Condições Socioeconômicas:**

A **carga horária de trabalho excessiva**, em geral, é um grande fator para a baixa participação dos pais nas atividades escolares. Pensando na realidade da cidade de São Paulo, onde é comum na periferia que as pessoas demorem 2 horas no trajeto casa - trabalho, as mães e os pais dessas crianças passam 4 horas no transporte público + 9 horas no ambiente de trabalho.

A chance dessa família participar das atividades e dos eventos propostos pela escola é muito pequena, mesmo que elas ocorram aos finais de semana, pois ainda existem as tarefas da casa e familiares a serem realizadas por esses pais em seus escassos momentos de folga.

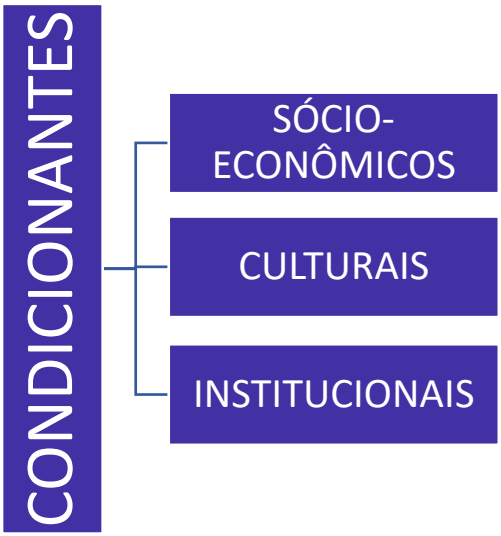
✓ **Condicionantes Culturais**

Somos todos criados dentro de um **modelo autoritário**, a escola foi, historicamente, construída como instrumento de poder e opressão, garantindo o aprendizado através do autoritarismo, seja dos professores, seja dos diretores. Quebrar esses padrões não é uma tarefa simples, mesmo para os mais bem intencionados.

✓ **Condicionantes Institucionais**

Segundo o autor, comunidades onde existem movimentos sociais ativos e instituições estabelecidas para pensar nas resoluções dos problemas do bairro e da comunidade, são mais abertas a participarem dos processos decisórios da escola.

Democracia é um exercício prático e é mais simples para quem já está mergulhado nesse universo participar de uma gestão democrática.



[19] PARO. Gestão democrática da escola pública. Pág. 67.

2 - Os colegiados e sua participação nos processos decisórios da escola

Já conseguimos avançar consideravelmente em nossa conceituação do que é **gestão democrática**, de quais são seus desafios, de como implementá-la. Pois bem, agora vamos pensar um pouco em como a **legislação** tentou assegurar esses processos democráticos.[20]

A gestão democrática foi delimitada lá na **Constituição Federal de 1988** em seu artigo 206 e é repetido no artigo 3º da **Lei de Diretrizes e Bases (LDB).** No artº 14 da LDB, fica um pouco mais detalhado sobre como acontecerá esse processo:

> *"Os sistemas de ensino definirão as normas **da gestão democrática** do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades, conforme os seguintes princípios:*
>
> *I – **participação** dos profissionais da educação na elaboração do **projeto pedagógico** da escola;*
>
> *II – participação das comunidades escolar e local em **conselhos escolares** ou equivalentes."*

O **Plano Nacional da Educação (PNE)** repete o texto da LDB e acrescenta que

> *"(...)bem como a **descentralização** da gestão educacional, com fortalecimento da **autonomia** da escola e garantia de participação da sociedade na gestão da escola e da educação"*

Assim, vemos que a legislação prevê que a gestão escolar ocorra de forma democrática a partir de duas premissas básicas: a participação de todos na construção do projeto político pedagógico das escolas e com a participação da comunidades nos colegiados, os quais falaremos um pouco melhor por aqui, na tentativa de favorecer uma descentralização da gestão, fortalecendo a autonomia da escola.

2.1 - Conselho de Escola

O Conselho de Escola é um **órgão colegiado** composto por **representantes** da comunidade escolar que tem como função **deliberar** sobre as questões **pedagógicas, administrativa e financeiras** da escola. É um espaço para discussão dos problemas enfrentados na escola e de caminhos para solucioná-los.

A ideia é que o Conselho de Escola seja de fato uma instância democrática, que auxilie na efetivação da garantia de uma escola de qualidade social para todas as crianças.

Durante esse processo, fica a cargo do Conselho de Escola debater e tornar claro os valores e os objetivos da escola, definir prioridades pedagógicas e orçamentárias, contribuir para a organização do currículo escolar, entre outros.

---

[20] Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf

Ou seja, os Conselhos Escolares possuem **três dimensões**:

1. Deliberativa:

Quando **decidem** sobre o projeto político-pedagógico e outros assuntos da escola, fazem encaminhamentos e garantem cumprimento das ordens internas.

2. Consultiva:

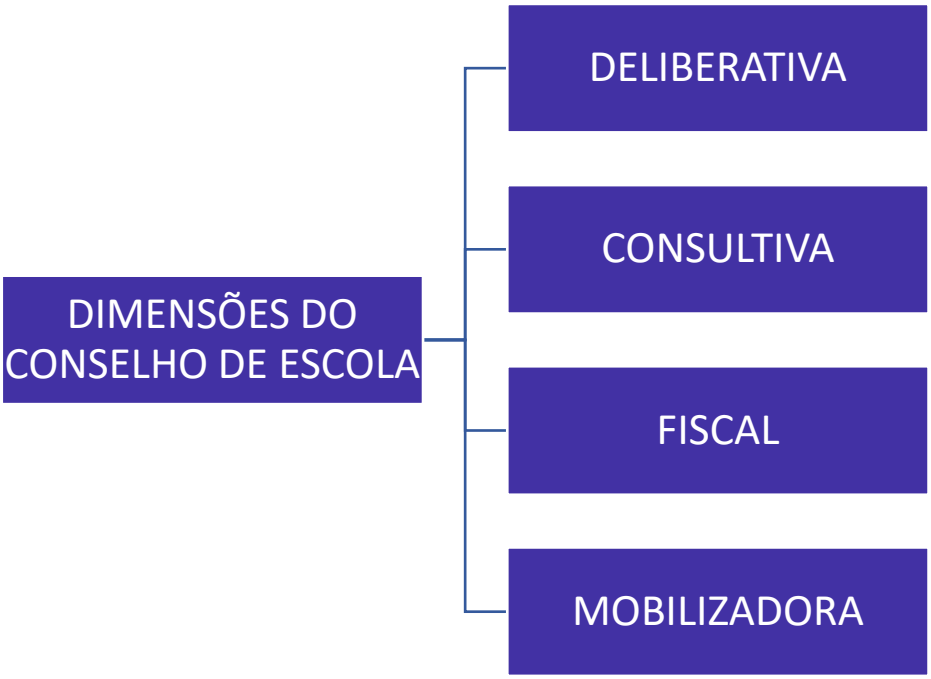
Caráter de **assessoramento**, analisando as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresentando sugestões ou soluções, que poderão ou não ser acatadas pelas direções das escolas.

3. Fiscais:

Quando **acompanham** a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, avaliando e garantindo o cumprimento das normas escolares e a qualidade social do cotidiano escolar.

4. Mobilizadoras:

Quando **promovem a participação** dos segmentos representativos da escola e da comunidade em diversas atividades, contribuindo para a efetivação da democracia participativa e para melhoria da qualidade social da educação.



Além disso, os Conselhos de Escola possuem algumas **atribuições específicas**, entre elas:

- ✓ Elaborar o **Regimento Interno**;
- ✓ Convocar **assembleias** ;
- ✓ garantir a participação de todos na construção do **PPP**;
- ✓ promover relações pedagógicas que favoreçam o saber do estudante;
- ✓ propor e coordenar alterações curriculares;
- ✓ participar da elaboração do **calendário** escolar, observada legislação;
- ✓ acompanhar os **indicadores** de desempenho;
- ✓ elaborar o plano de **formação continuada** dos conselheiros escolares;
- ✓ aprovar **plano** administrativo anual, elaborada pela direção da escola, sobre a programação e a aplicação de recursos financeiros;
- ✓ **fiscalizar** a gestão administrativa, pedagógica e financeira da unidade escolar.

Os Conselhos Escolares se reúnem periodicamente, com reuniões abertas à comunidade. Além dessas reuniões, recomendam-se assembleias-gerais, que são soberanas em suas decisões. As assembleias são uma forma de fazer a eleição dos membros do Conselho de Escola daquele ano, por exemplo.

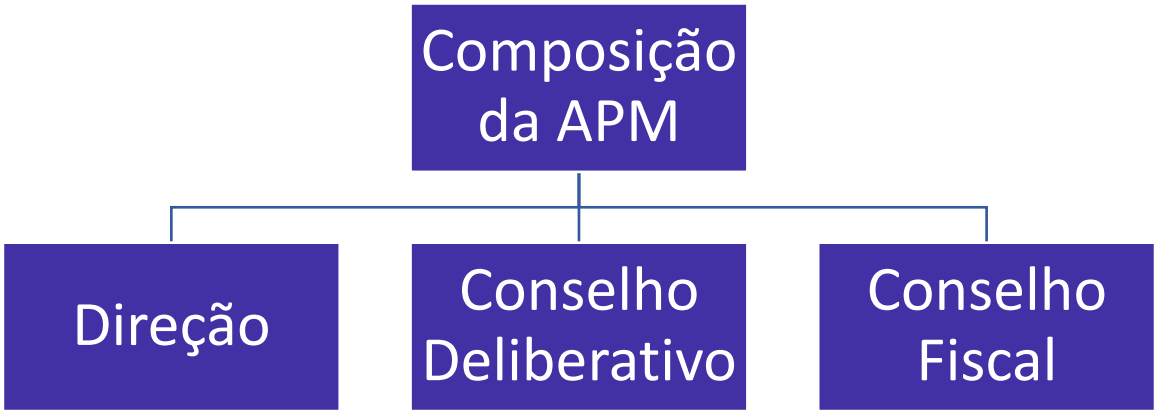
Por último, vale a pena ressaltar que os Conselhos devem ser **compostos por membros de cada segmento da comunidade escolar**: gestão, docentes, funcionários não docentes, pais e, quando possível, alunos.

2.2 Associação de Pais e Mestres (APM)

Outro órgão colegiado presente nas escolas é a **Associação de Pais e Mestres (APM),** que consiste em uma **associação sem fins lucrativos** que representa os **interesses comuns** dos profissionais e dos pais dos alunos da escola. [21]

Apesar de não existir uma legislação federal que trata especificamente de APM e, portanto, os Estados e Municípios terem liberdade para determinar o funcionamento desse dispositivo, a existência da APM da escola **é obrigatória para recebimento de verbas federais** do **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**. Não iremos aqui nos aprofundar em compreender esse repasse de verbas pois oportunamente teremos uma aula para debater sobre o financiamento da educação pública.

Para receber o PDDE, as APMs devem ser entidades jurídicas de direito privado registradas em cartório e ter um estatuto. Os membros são eleitos através de votação e o mandato é de dois anos. **Sua composição é formada por direção, conselho deliberativo e conselho fiscal.**



A direção é responsável pela execução da associação, que deve se reunir todo mês; o conselho deliberativo é responsável pelas decisões de ações da entidade que deve se reunir semestralmente e o conselho fiscal é responsável pelo controle das atividades e decisões da associação que deve se reunir juntamente ao conselho deliberativo.

2.3 - Grêmio Estudantil

Por último, temos o grêmio estudantil, que é também um órgão colegiado. Porém, nesse caso, ele é **composto apenas pelos alunos** e representam todo corpo discente da instituição.

A primeira legislação que falou sobre a garantia de organização aos estudantes foi a **Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985**. Vejamos abaixo:

> *Art . 1º - Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica **assegurada a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais**.*
>
> *§ 1º - (VETADO).*
>
> *§ 2º - A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em Assembleia Geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino convocada para este fim.*
>
> *§ 3º - A aprovação dos estatutos, e a escolha dos dirigentes e dos representantes do Grêmio Estudantil serão realizadas pelo voto direto e secreto de cada estudante observando-se no que couber, as normas da legislação eleitoral.*

No Plano Nacional de Educação, o Grêmio Estudantil também aparece como uma das principais instâncias de **garantia de uma gestão democrática** da escola pública. O grêmio irá atuar em conversas com a direção escolar, nos momentos de conselho de escola e da reunião da APM, nas reuniões de representantes de sala.

3- As formas da participação

Conseguimos analisar com profundidade a importância de estabelecer uma gestão democrática e quais aspectos podem facilitar ou dificultar colocar isso em prática.

Aqui, começaremos a dar uma observada nas propostas defendidas pela **Heloísa Luck**.[22]

> "É importante destacar que a **democratização** efetiva da educação é promovida não apenas pela democratização da gestão da educação, conforme definido pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases.(...). **O fundamental dessa democratização é o processo educacional e o ambiente escolar serem marcados pela mais alta qualidade**, a fim de que todos os que buscam a educação desenvolvam os conhecimentos, as habilidades e as atitudes necessários para que possam participar, de modo efetivo e consciente, da construção do tecido da sociedade, com qualidade de vida e desenvolvendo condições para o exercício da cidadania" (pág. 26)

Ou seja, para a autora a democratização da gestão por si só não é garantia de uma efetiva democratização da escola. Essa garantia de democratização deve estar atrelada a **garantia de acesso e permanência e fundamentada em princípios de qualidade social.**

3.1 Formas de Participação

Para Luck, **democratização depende de participação**. Porém, existem várias formas de se favorecer a participação sem, no entanto, de fato democratizar o espaço escolar. É realidade em muitas escolas uma participação parcial, onde as opiniões até são escutadas, mas o processo de tomada de decisão em si não é democrático.

3.1.1 Participação como presença

A participação como presença **independe de atuação do sujeito no grupo que está inserido**. Por exemplo, ser aluno te coloca como membro de um grupo, você passa a fazer parte dele, mesmo sem ter a intenção de fazê-lo.

Sendo membro desse grupo, você pode participar ativamente ou não dos processos que ali ocorrem, mas você não deixa de fazer parte. Voltando ao nosso exemplo, o aluno pode ser engajado com as tarefas da escola e líder do grêmio estudantil ou apenas frequentar o espaço escolar por imposição dos pais. Em ambos os casos, eles participam por presença naquele grupo.

---

[22] LUCK. A gestão participativa na escola.

3.1.2 Participação como expressão verbal e discussão de ideias

Essa é uma forma de participação muito comum nas escolas de um modo geral. Os assuntos são levados para plenárias ou reuniões importantes, são abertos espaços para discussão e troca de ideias, todos participam... Mas **o processo de decisão sobre o assunto é tomada por uma pessoa, ou por um conjunto específico de pessoas, que podem ou não levar em consideração as discussões realizadas.**

Ou ainda, são propostas as discussões e expressão verbal sem nenhum encaminhamento de fato para a resolver as questões, virando um grande "desabafo" coletivo.

3.1.3 Participação como representação

Essa forma de participação é necessária para **grupos grandes**, onde não é possível garantir a participação direta de todos. Os conselhos de escola e associações de pais e mestres, além do grêmio estudantil, são exemplos de participação como representação na escola.

3.1.4 Participação como tomada de decisão

Nesse cenário, **a democratização de fato acontece**. É quando os envolvidos dentro daquele grupo conseguem de fato tomar as decisões sobre o andamento da instituição e dos projetos em conjunto.

Dentro da realidade escolar, muitas vezes essas decisões grupais acontecem para tomada de decisão de assuntos de menor relevância, como qual a cor será pintada a quadra ou onde serão fixados os cartazes de uma determinada turma, enquanto decisões de maior relevância, como aqueles ligadas à construção do Projeto Político-Pedagógico ou ao destinamento de verbas, continuam sendo decididas apenas pela gestão.

3.1.5 Participação como engajamento

O engajamento é **o nível mais pleno de participação**. Luck define participação como "uma atuação conjunta superadora das expressões de alienação e passividade, de um lado, e autoritarismo e centralização, de outro, intermediados por cobrança e controle".

É importante lembrarmos que a qualidade do ensino depende de que as pessoas que são afetadas pelas decisões tomadas na escola exerçam seu direito de participar desses processos de decisão, fortalecendo dessa forma, a democracia no âmbito institucional.

4 - As dimensões da participação

Como vimos anteriormente, existem basicamente **três dimensões de participação: política, pedagógica e técnica.** Aprofundamos em como **Paro e Libâneo pensaram essa dimensão nos últimos itens, tratando dos condicionantes de participação**, ou seja, do que facilita ou dificulta o exercício de um projeto democrático na escola.

Agora, vamos avançar mais um pouco, entendendo que a participação possui três dimensões. Essas dimensões forma propostas por Luck e são **convergentes entre si e interinfluentes: política, pedagógica e técnica.**

Para a autora, essas dimensões são **indissociáveis**, porém é importante conhecer melhor cada uma delas, de forma didática, para compreender os mecanismos de participação dentro das unidades escolares.

4.1 Dimensão Política

A dimensão política, segundo a autora, se refere ao "sentido de poder das pessoas de construírem a sua história e a história da organização da qual fazem parte.

4.2 Dimensão Pedagógica

A dimensão pedagógica refere-se ao fato da prática, em si, ser um processo formativo e essencial para que ocorram aprendizagens significativas que resultem na construção do conhecimento.

4.3 Dimensão Técnica

"A dimensão técnica não tem significado sem a política e esta não tem expressão sem a técnica". Apesar da dimensão técnica estar distanciada atualmente dos discursos escolares, não podemos acreditar que ela não seja parte essencial de qualquer projeto proposto para a escola.

Muito bem. chegou a hora de verificarmos o que aprendemos nesses últimos tópicos. Vamos treinar?



(VUNESP – 2019 -Prefeitura de Olímpia - SP – Inspetor de Alunos)

Estudando a legislação educacional brasileira para um concurso público que pretendia prestar, Anderson verificou que, quanto à gestão democrática, no que diz respeito à participação como princípio, a Lei nº 9.394/96 (LDBEN) dispõe, no Art. 14, que “Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em

(A) reuniões pedagógicas para elaboração de planos de ensino”.

(B) atuações cooperativas na execução de tarefas esporádicas".

(C) conselhos escolares ou equivalentes".

(D) trabalhos voluntários e beneficentes".

Comentários:

De acordo com a legislação, a participação da comunidade escolar como um todo será realizada de duas formas: através da participação de todos na construção do projeto político pedagógico e dos conselhos escolares ou equivalentes como, por exemplo, Associação de pais e mestres, Grêmio Estudantil, entre outros.

Alternativa correta: (C)

ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Chegamos ao último tópico dessa aula. Ufa! Como avisei lá no início, todos esses temas estão **interconectados** e devem ser pensados de uma forma conjunta. Para uma educação de qualidade, é necessário uma gestão democrática. Por sua vez, compreender a função social da escola também é essencial para implementação de qualquer Projeto Político Pedagógico em qualquer unidade escolar.



Nessa última parte, falaremos especificamente sobre como se organiza a educação no nosso país. Retomaremos algumas **legislações** importantes para isso, como a CF e a LDB, que estudamos lá em nossa aula 01. Talvez esse seja um bom momento para fazer uma pausa e focar em uma boa **revisão** da legislação, para garantir que nenhuma dúvida fique pelo ar. Combinado?

Importante! Utilizaremos aqui como base para pensarmos a organização escolar o **Libâneo**[23]. A escolha pelo autor, novamente, se deve ao fato dele ser muito citado nos concursos das mais diversas bancas.

Vamos lá?

A **Lei de Diretrizes e Bases (LDB)** tece a organização da educação nacional no seu artigo 8º, como veremos abaixo:

*Art.8º A União, os estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de **colaboração**, os respectivos sistemas de ensino.*

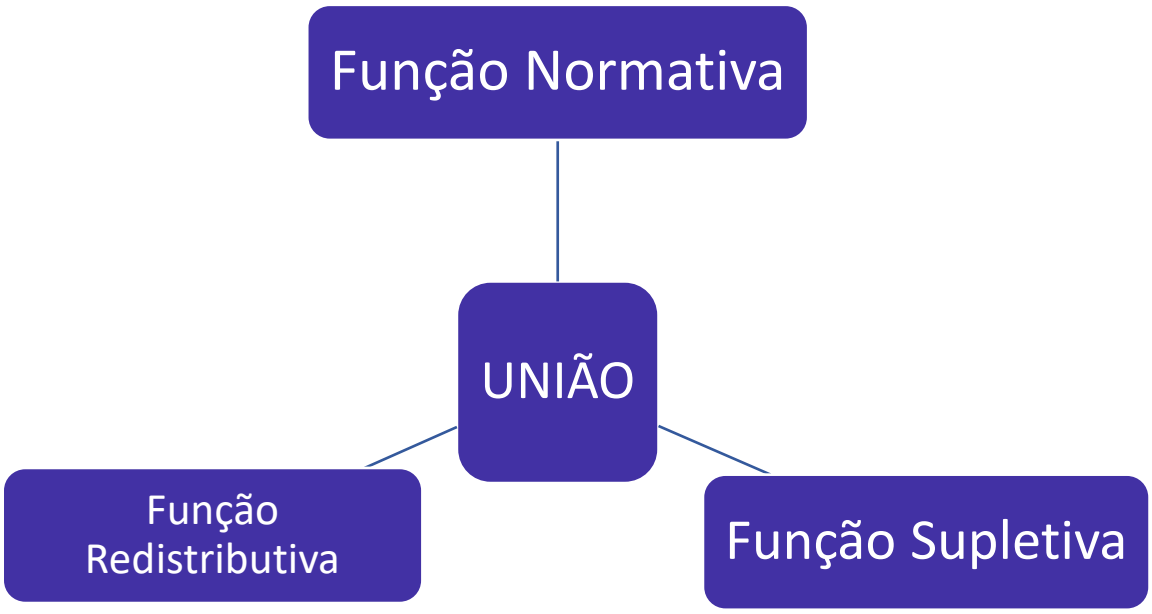
*§ 1º Caberá a **União** a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e **exercendo função normativa, redistributiva e supletiva** em relação às demais instâncias educacionais.*

Assim, para o autor, esse artigo demonstra explicitamente a articulação entre os sistemas de ensino, ou seja, demonstra que o país ainda não possui um único e universal sistema de ensino, mas sim alguns sistemas que devem se articular para garantir uma educação de qualidade.

Apesar disso, a legislação dá um papel de maior responsabilidade para a União que, além de cuidar do seu sistema de ensino, deverá atuar de forma normativa (legislando), redistributiva (redistribuindo

[23] LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI. Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização.

arrecadações e verbas) e supletiva (auxiliando os estados e municípios que não podem sozinhos garantir uma educação com qualidade.



Existem inúmeras formas de compreendermos o que é um **sistema de educação**. A compreensão que podemos abstrair da legislação educacional entendem a expressão sistema de ensino como **"o conjunto de instituições de ensino que, sem constituírem uma unidade ou primarem por seu caráter coletivo, são interligadas por normas, por leis educacionais".** Assim, entenderemos aqui que a educação brasileira se divide entre os seguintes sistemas de ensino:

- ✓ **Federal;**
- ✓ **Estaduais;**
- ✓ **Municipais.**

A União é responsável por coordenar a Política Nacional de Educação, articulando os diferentes níveis e sistemas, exercendo sua tripla função (normativa, redistributiva e supletiva).

Nas diferentes esferas, nos diferentes sistemas de ensino, existem alguns **órgãos administrativos** que são responsáveis por coordenar as ações tomadas em conjunto, servido de apoio mas também de fiscalização para as unidades educacionais. São eles:

A) **Federais:** Ministério da Educação (**MEC**) e Conselho Nacional da Educação (**CNE**)

B) **Estaduais:** Secretaria Estadual de Educação (**SEE**); Conselho Estadual de Educação (**CEE**); Delegacia Regional de Educação (**DRE**)

C) **Municipais:** Secretaria Municipal de Educação (**SME**) e Conselho Municipal de Educação (**CME**).

1 - Organização do sistema de ensino

Segundo **Libâneo**, o termo organização refere-se ao modo pelo qual se ordena e se constitui um sistema. A organização da educação brasileira se faz através de suas esferas administrativas, ou seja, pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

1.1 Sistema Federal de Ensino

O Art. 211º da **Constituição Federal** estabelece que:

> *"A União **organizará o sistema federal de ensino** e o dos territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, **função redistributiva**, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade de ensino mediante assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.*

O artigo também determina que os **municípios irão atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, e os estados e o Distrito Federal prioritariamente no ensino fundamental e médio.**

O sistema federal de ensino é composto por algumas instituições mantidas pela União:

- ✓ Universidades federais;
- ✓ Instituições isoladas de ensino superior;
- ✓ Centros federais de educação tecnológica (CEFETs);
- ✓ Institutos federais de educação, ciência e tecnologia;
- ✓ Estabelecimentos de ensino médio;
- ✓ Escolas técnicas federais e agrotécnicas;
- ✓ Escolas de ensino fundamental e médio vinculadas às universidades (colégios de aplicação);
- ✓ Colégio Pedro II;
- ✓ Instituições de educação especial.

Além de responder por essas instituições, o governo federal precisa legislar sobre o tema e, através do **MEC**, **supervisiona e inspeciona** as instituições de educação superior particulares. Existem ainda, dentro do sistema federal de ensino, instituições que estão sob a responsabilidade da União mas não possuem nenhuma vinculação com MEC como os colégios militares, a formação de diplomatas do Instituto Rio Branco e a formação para a Polícia Federal, por exemplo.

A União cumpre sua **função normativa, legislando sobre educação, através do Conselho Nacional de Educação. Ao CNE compete:**

- ✓ Acompanhar e implementar o Plano Nacional da Educação;
- ✓ Manifestar-se sobre as mais diversas questões relacionadas à educação;
- ✓ Assessorar o MEC;
- ✓ Emitir pareceres sobre assuntos da área educacional;
- ✓ Manter intercâmbio com os sistemas de ensino estaduais e do Distrito Federal;
- ✓ Elaborar seu próprio regimento, que deve passar por aprovação do ministro da educação.

1.2 Sistema estadual de ensino

Os estados, por meio dos seus próprios sistemas de ensino, são responsáveis por **ofertar o acesso à educação e a legislar sobre ela**, claro, sempre observando o disposto na CF, na LDB e nas demais deliberações do CNE sobre a educação.

É função dos sistemas de ensino estaduais atenderem:

- ✓ Educação Infantil;
- ✓ Ensino Fundamental;
- ✓ Ensino Médio;
- ✓ Educação superior.

Além disso, os sistemas estaduais de ensino ainda tem a função **de fiscalizar as escolas particulares** de ensino, em especial aquelas que atendam ao ensino fundamental. Dessa forma, o autor pontua que os sistemas de ensino tem assumido funções normativas, deliberativas, consultivas e fiscalizadoras, o que a priori, não deveria acontecer.

1.3 Sistema Municipal de Ensino

A Constituição prevê que os municípios devem manter, com cooperação técnica e financeira da União e dos Estados, programas de **educação pré-escolar e de ensino fundamental**. Assim sendo, prioritariamente, os municípios devem garantir o atendimento das crianças até seis anos de idade.

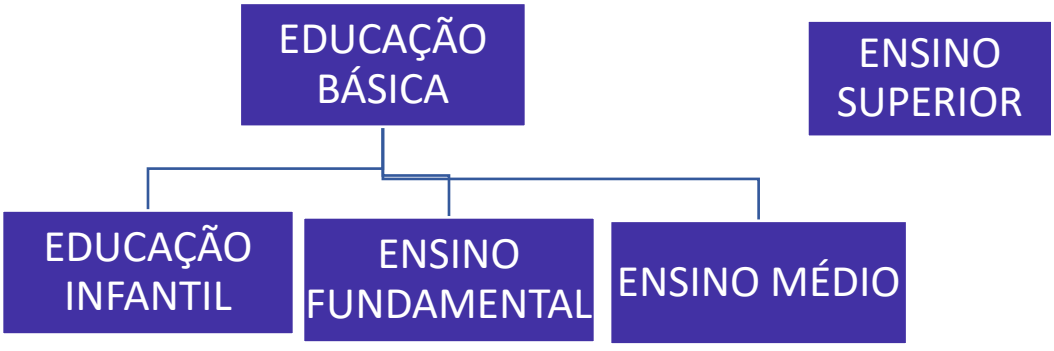
Aqueles municípios que atendam com facilidade a demanda dessa faixa etária, pode expandir para os demais níveis e modalidades de educação.

Os municípios, ainda, devem administrar seu próprio sistema de ensino, podendo definir normas e procedimentos pedagógicos que melhor se adaptem as especificidades da população.

2 - Níveis e Modalidades da educação e de ensino

Existem no Brasil dois níveis:

- **Educação básica,** composta por **educação infantil, ensino fundamental e ensino médio**;
- **Educação superior.**



A **educação básica** tem como finalidade **desenvolver o educando de forma integral**, proporcionando uma formação que o prepare para o exercício da **cidadania** e também para que progrida no **trabalho** ou nos estudos superiores.

2.1 Educação Infantil

É a primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o **desenvolvimento integral** da criança e atende bebês e crianças entre 0 e 5 anos de idade. Essa educação é oferecida em **creches ou equivalentes para crianças de até 3 anos** e em **pré-escolas ou equivalentes para crianças entre 4 e 5 anos.**

Nessa etapa, a avaliação funciona como registro do processo de aprendizagem dos bebês e das crianças e, de forma alguma, deve servir como critério de promoção, nem mesmo para aqueles que irão ingressar no primeiro ano.

O que orienta as instituições de educação infantil na sua organização são as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil e, agora, a nova BNCC. Tais documentos são fundamentados em **princípios éticos, políticos e estéticos**, para que as instituições desenvolvam propostas pedagógicas e cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica.

2.2 Ensino Fundamental

O objetivo do ensino fundamental é a **formação do cidadão** mediante:

- O **desenvolvimento da capacidade de aprender**, tendo como meios básicos o pleno desenvolvimento da leitura , da escrita e do cálculo;
- A **compreensão do ambiente natural e social**, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores que se fundamenta a sociedade;
- O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e **a formação de atitudes e valores**;
- O **fortalecimento dos vínculos** de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O ensino regular deve ser ministrado em **língua portuguesa**, mas essa regrinha tem duas exceções: no caso de comunidades indígenas, em que a língua portuguesa será aprendida como segunda língua e no caso dos surdos, cujo a língua materna é LIBRAS e a alfabetização em língua portuguesa acontecerá sob a perspectiva do bilinguismo.

A forma de organização do ensino fundamental pode acontecer em ciclos, séries, etapas... Embora usualmente hoje ele seja demarcado por ciclo, não existe na lei essa obrigatoriedade.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental, os **componentes curriculares articulam-se em áreas do conhecimento**, a fim de favorecer a comunicação entre os diferentes campos do saber. Esses componentes são, portanto, organizados da seguinte forma:

I - Linguagens:

a) Língua Portuguesa;
b) Língua Materna, para população indígena;
c) Língua Estrangeira Moderna;
d) Arte;
e) Educação Física;

II - Matemática;

III- Ciências da Natureza;

IV - Ciências Humanas:

a) História;
b) Geografia

V - Ensino Religioso



Lembre-se que o **Ensino Religioso** é obrigatório a escola oferecer mas optativo ao aluno. É ponto sensível, de muita discordância entre estudiosos da Pedagogia e, portanto, muito cobrado em concurso. **Para a sua prova, não esqueça**: o Ensino Religioso é parte do currículo comum, obrigatório para a escola e optativo para o aluno, devendo acontecer sem um caráter de "conversão" mas sim a partir da ótica histórica, filosófica e sociológica, buscando a construção de valores importantes para a vida em sociedade.

2.3 Ensino Médio

O ensino médio só passou a integrar a educação básica em 1996, com a nova LDB. Em geral, o ensino médio tem sofrido com mudanças bruscas ideológicas, que vão acontecendo a cada governo. Basicamente, temos **dois grandes e opostos pontos de vista**:

- Aqueles que acham que ensino médio deve ser **técnico e profissionalizante**;

- Aqueles que acham que o ensino médio deve favorecer a **formação integral** dos alunos e encaminhar para prosseguimento no **ensino superior**.

Historicamente, governos com cada uma dessas visões foram se alternando no poder, o que faz com que as políticas públicas de educação para esse segmento ainda não sejam tão bem delimitadas como quanto para os demais segmentos.

A LDB, além de transformar esse segmento em parte da educação básica, tirou a obrigatoriedade de preparação para o trabalho. Apesar de existir uma meta no PNE que busca aumentar as matrículas em ensino médio técnico, a obrigatoriedade não existe mais.

Ainda segundo a LDB é finalidade do ensino médio:

- A **consolidação e aprimoramento** dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- A preparação básica para **o trabalho e a cidadania**;
- **Aprimoramento da pessoa humana**, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- A **compreensão dos fundamentos científicos-tecnológicos** dos processos produtivos.

As propostas pedagógicas para o ensino médio devem ter caráter flexível, favorecer o aprendizado de forma interdisciplinar e contextualizado.

2.4 Ensino Superior

A educação superior também está expressa na LDB e tem como objetivo:

- Formar **profissionais** nas diferentes áreas do saber;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos;
- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico;
- incentivar a **pesquisa científica**;
- promover a **extensão.**

Existem alguns cursos e programas que estão sobre a abrangência do ensino superior, conforme veremos a seguir:

I. **cursos sequenciais** por campo do saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que tenham requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino e concluído o ensino médio; II. **cursos de graduação**, abertos para candidatos que tenham concluído ensino médio ou equivalente e tenham sido aprovados no processo seletivo;

III. cursos de pós-graduação, incluindo mestrado e doutorado, especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados na graduação;

IV. cursos de extensão, abertos a candidatos que atendam os requisitos de cada instituição.

As **instituições de ensino superior (IES)** classificam-se entre **públicas e privadas**. As instituições públicas são criadas e mantidas pelo poder público e são classificadas em federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. Na IES pública, o ensino é obrigatoriamente **gratuito.**

O ano letivo é de duzentos dias e a presença de alunos e professores é obrigatória, devendo ser controlada.

3 - Modalidades de Educação

Quando falamos em modalidades de educação, estamos abrangendo a forma como exercemos a educação, explicamos como desenvolvemos a educação em cada um desses níveis que estudamos no tópico acima. De acordo com a legislação brasileira, as modalidades de educação são:

- **Educação de Jovens e Adultos (EJA);**
- **Educação profissional e tecnológica;**
- **Educação Especial;**
- **Educação à distância;**
- **Educação escolar indígena;**
- **Educação escolar quilombola;**
- **Educação básica do campo.**

Aqui, iremos aprofundar nas três primeiras modalidades, que são aquelas que a LDB explica minuciosamente e que também são abordadas pelo Libâneo, nosso autor de base.

3.1 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Destinadas aqueles **que não tiveram acesso na idade certa**. Prevê cursos e exames supletivos a serem realizados no nível de conclusão do ensino fundamental, para maiores de 15 anos, e do ensino médio, para maiores de 18 anos.

Além disso, preferencialmente, a EJA devem articular-se com a educação profissional e tecnológica.

3.2 Educação profissional e tecnológica

A educação profissional **integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação**, se articulando também com as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Os cursos oferecidos podem ser de formação inicial, continuada ou, ainda, para qualificação profissional.

Um dos pilares do ensino médio, conforme vimos, é a preparação para o trabalho. Assim, essa preparação pode ocorrer tanto na própria instituição de ensino médio como em parceria com instituições especializadas em educação profissional.

A educação profissional pode ser oferecida de forma **articulada** ao ensino médio ou na forma **subsequente**.

3.3 Educação Especial

É a modalidade caracterizada pela oferta de serviços educacionais a crianças ou jovens com necessidades educacionais especiais, em razão da deficiência física, sensorial ou cognitiva. Na **LDB** existe um artigo que trata especificamente desse tema, conforme segue:

> *Art. 58. Entende-se por **educação especial**, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, **oferecida preferencialmente na rede regular de ensino**, para educandos portadores de necessidades especiais.*
>
> *§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de **apoio especializado**, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela da educação especial.*
>
> *§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes regulares comuns de ensino.*
>
> *§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, **tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.***

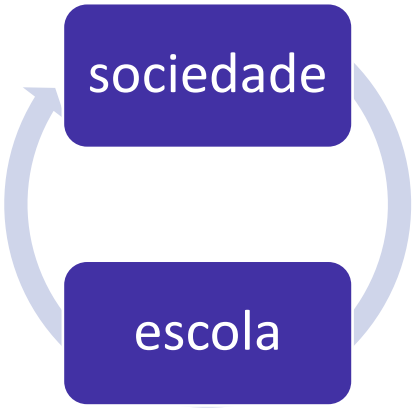
A educação especial acontecerá com as crianças, **preferencialmente**, tendo aulas na classe regular e, no contraturno escolar, sendo atendidas no **AEE (Atendimento educacional especializado**), que atua de forma suplementar ou complementar para garantir o desenvolvimento desses sujeitos.

4 - A organização escolar no chão da escola

A **organização da escola** em si está relacionada ao **conjunto de normas, diretrizes e estrutura organizacional.** Não podemos esquecer que a escola é parte de um todo social, sendo afetada pela estrutura econômica e social, pelas decisões políticas e pelas relações de poder da sociedade em que está inserida.

As políticas públicas educacionais, as diretrizes curriculares, a organização dos sistemas de ensino e as próprias determinações legais da hierarquia dentro da escola demonstram a influência dos valores sociais na escola.

Porém, vale lembrar, essa influência é mútua. Da mesma forma que a sociedade afeta a escola, é afetada por ela.

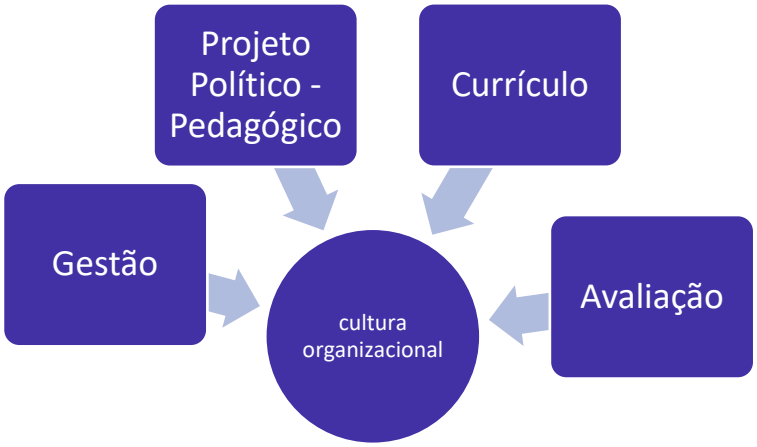


Libâneo afirma que, quando estamos falando sobre a organização da unidade escolar, a melhor organização é, claro, aquela que "melhor favorece o trabalho do professor, existindo uma interdependência entre os objetivos da função da escola e a organização e gestão do trabalho escolar.

As instituições sociais, tais como é a escola, existem para alcançar objetivos. **Os objetivos da escola é a aprendizagem escolar, a formação para cidadania e a formação de valores e atitudes.** O sistema de gestão da escola, por sua vez, é o conjunto de ações, recursos, meios e procedimentos que propiciam as condições para alcançar esses objetivos.

Além disso, Libâneo conceitua organizar como dispor de forma ordenada, dar estrutura, planejar uma ação e prover as condições necessárias para realizá-las. Assim, **a organização escolar refere-se aos procedimentos e aos princípios que estão relacionados ao planejamento didático, do trabalho da escola, e do uso dos recursos financeiros, materiais e humanos.**

Para ele, a **cultura organizacional** é o ponto de ligação com a organização e a gestão da escola. Ele afirma que levar em conta a cultura organizacional da escola é, portanto, exigência prévia à formulação do Projeto Político-Pedagógico da escola, bem como todos os processos que envolvem tomada de decisão, conforme o esquema [24]abaixo:



[24] Esquema realizado baseado no esquema proposto pelo autor Libâneo no livro " Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização" (Pág. 442)

Assim, se faz necessário considerar o contexto concreto e real das interações sociais, marcados também pelos conflitos internos e externos, assim como os próprios objetivos sociais e culturais definidos pela sociedade e pelo Estado.

Existem, para o autor, **quatro concepções de organização escolar**:

- **Técnico-científica**: carregada de prescrições detalhadas de funções e tarefas, fundamentada na hierarquia, com poder totalmente centralizado no diretor de escola, com uma comunicação linear e com normas e regras rígidas. Aqui, a ênfase é maior nas **tarefas** do que nas pessoas.
- **Autogestionária:** vincula as formas de gestão interna com as formas de autogestão social, as decisões são tomadas coletivamente e com ênfase na auto-organização dos sujeitos. Aqui a ênfase está nas **relações estabelecidas entre os sujeitos**, mais do que nas tarefas.
- **Interpretativa: privilegia menos o ato de organizar e mais a ação organizadora**, destacando o caráter humano e preterindo o caráter formal, estrutural, normativo.
- **Democrático-participativa**: definição explicita por parte da escola de seus objetivos, articulação entre gestão, funcionários, alunos e comunidade, busca de objetividade no trato das questões de organização, todos dirigem e são dirigidos, todos avaliam e são avaliados. A ênfase é **tanto nas tarefas quanto nas relações.**

Esse modelo democrático-participativo é aquele que tentamos buscar hoje para as nossas escolas mas que ainda está em construção, enfrentando barreiras das mais diversas ordens, como estudamos lá no primeiro tópico dessa aula.

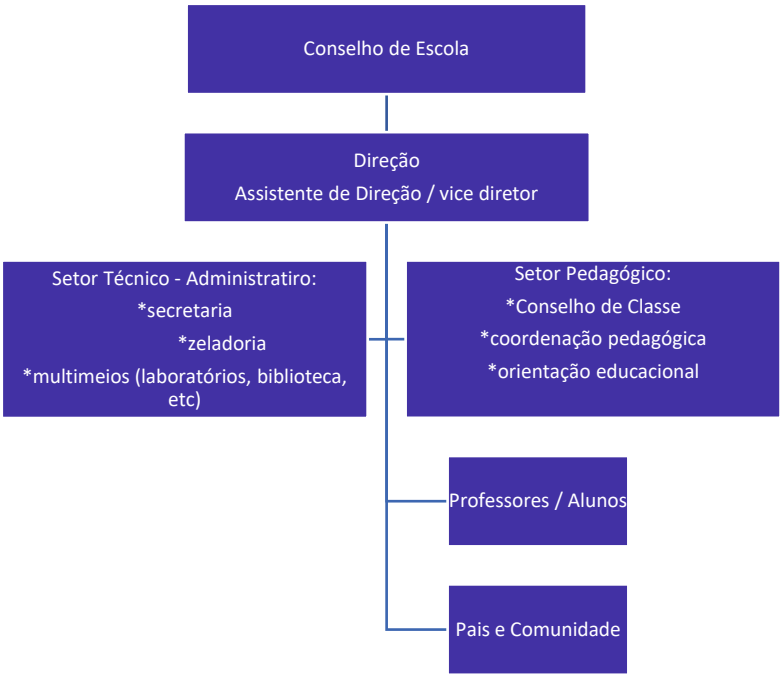
4.1 Organograma escolar

Para ser capaz de atingir seus objetivos, todas as instituições determinam papéis e responsabilidades específicos para cada um de seus agentes. Na escola isso não é diferente. Essa divisão de papéis e responsabilidades é o que chamamos de organograma e está interligado profundamente com as questões burocráticas e hierárquicas da escola.

Como vimos no primeiro no começo dessa aula, apesar da gestão das escolas terem cada vez mais um aspecto democrático, onde todos tem oportunidade de contribuir nas discussões, ainda existe uma hierarquia muitas vezes bem rígida) em nossos sistemas de ensino.

Apesar de todos conhecermos minimamente a organização básica de uma escola, vejamos abaixo um exemplo de organograma:[25]

[25] Esquete realizada baseada no organograma do Libâneo em: "Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização (Pág. 464)



O **Conselho de escola** é a instância que detêm poder decisório na escola. É através dele que as ações são coordenadas dentro da unidade escolar. Geralmente, ele é composto por membros da escola (professores e outros funcionários) e também, em igualdade de números, por representantes dos pais e dos alunos.

Já a **direção** é responsável por **coordenar as ações** dos setores **administrativos e também pedagógico**, atentando-se a legislação e normas de cada sistema de ensino. É quem responde pela escola. O assistente de direção ou vice diretor é aquele que possui essas mesmas funções quando o diretor, por qualquer motivo, não esteja presente.

No setor **técnico-administrativo** temos a equipe de **apoio**, que trabalha na **secretaria** e na **inspetoria** de alunos, temos a **zeladoria** responsável pela **vigilância**, **merenda** e **limpeza** e também os **responsáveis pelos equipamentos** como biblioteca, laboratório, entre outros.

Já o **setor pedagógico** é composto pela **coordenação**, pelo **conselho de classe** e pela **orientação educacional**. Esse setor atua diretamente com os professores e são responsáveis pelo encaminhamento do trabalho pedagógico da unidade escolar.

Principais atores desses processos, fazem parte desse organograma **alunos e professores, os pais e a comunidade.**

É importante ressaltar que, apesar das instâncias burocráticas determinarem funções para cada cargo e organizarem hierarquicamente as relações dentro da escola, devemos quebrar barreiras através de uma gestão verdadeiramente democrática, com relações hierárquicas cada vez mais horizontais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito bem! Chegamos ao fim de mais uma aula, com muitos conceitos importantes e que devem ser revisados.



Prestem atenção nos grifos dados pela prof. nos PDFs e faça suas próprias marcações. Isso pode te ajudar, muito, nos momentos de revisão. Além disso, busque sempre retomar conceitos passados que são citados novamente em aula.

Hoje, por exemplo, falamos muito sobre a **LDB.** Que tal aproveitar para retomar os pontos principais da LDB? Isso ajuda a organizar sua rotina de revisões.

A próxima aula é uma continuação dessa e falaremos sobre **currículo.**

Mas antes, o principal. Vamos treinar? Resolver questões é fundamental para se sair bem nos concursos. Todas as questões estão acompanhadas de comentários para auxiliar na preparação.

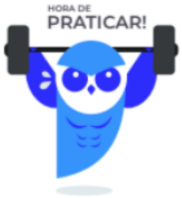
Lembre-se que o estudo para concursos está fundamentado em três pilares: estudar teoria, fazer revisões periódicas e resolver muitas, muitas, questões!

Quaisquer dúvidas, sugestões ou críticas entrem em contato conosco. Estou disponível no fórum no Curso, por e-mail e, inclusive, pelo *Instagram.*

E-mail: mariana.paludeto@yahoo.com.br

Instagram: @mari.pedagoga

QUESTÕES COMENTADAS



1. (VUNESP / PREFEITURA DE IGUAPE – SP / PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II)

"Democratização da administração da educação não significa eliminar a presença do Estado dos serviços públicos, mas buscar mecanismos para submeter as decisões de Estado ao debate e ao controle pela opinião pública, pais, grupos e partidos."

(ARROYO,1979, p.4)

Considerando o pensamento de Arroyo, a gestão democrática em uma escola deve garantir

a) um regimento escolar próprio e um conselho de escola eleito pela comunidade escolar.

b) a participação de toda a comunidade escolar, sempre na busca do alcance das metas estabelecidas pelo projeto político-pedagógico.

c) a participação dos especialistas com seu conhecimento específico nas diferentes áreas.

d) uma direção ativa, com liderança eficaz que estabeleça as metas e prioridades para a escola.

Comentários:

Alternativa A Errado. O ponto principal que a gestão democrática deve garantir é a efetiva participação de todos durante os processos decisórios da unidade escolar.

Alternativa B Certo. Todos devem participar dos processos de decisão com um objetivo único, que é a garantia de alcançar as metas do PPP, proporcionando assim uma educação de fato de qualidade para os alunos.

Alternativa C Errado. Cada vez mais falamos em integrar saberes e contextualizá-los, em trabalho de forma interdisciplinar. Sem desmerecer os saberes profundos e valiosos dos especialistas, a gestão democrática é feita por pessoas, por todas elas.

Alternativa D Errado. Não é a direção que deve estabelecer metas e prioridades para a escola e sim o conselho de escola e seus representantes. A escola NÃO é do diretor!

Gabarito: alternativa B

2. (VUNESP – PREFEITURA DE OLÍMPIA - SP / INSPETOR DE ALUNOS)

A Constituição Federal/88, a Lei Federal nº 9.394/96 (LDBEN) e a Lei Federal nº 8.069/90 (ECA) estabelecem a democratização da gestão escolar no Brasil. Segundo a Constituição Federal/88, Art. 206, o ensino será ministrado com base em alguns princípios, entre eles, "gestão democrática

a) do ensino básico na forma da lei".

b) do ensino público na forma da lei".

c) do ensino privado na forma da lei".

d) do ensino superior na forma da lei".

Comentários:

Alternativa A Errado. Não é apenas na educação básica que a gestão deve ser democrática.

Alternativa B Certo.

Alternativa C Errado. A delimitação de uma gestão democrática se aplica aos sistemas públicos de ensino e não aos sistemas privados.

Alternativa D Errado. A gestão democrática deve ocorrer no ensino superior público mas não se limita a ele.

Gabarito: alternativa B

3. (VUNESP – PREFEITURA DE OLÍMPIA - SP / INSPETOR DE ALUNOS)

Em relação à concepção democrática da escola, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Federal nº 8.069/1990, aborda os direitos da participação da comunidade em assuntos da gestão escolar. Segundo o seu artigo 53, parágrafo único, os pais/responsáveis usufruem o direito de ter "ciência do processo pedagógico, bem como

a) participar de todas as reuniões pedagógicas".

b) participar da definição das propostas educacionais"..

c) supervisionar os trabalhos desenvolvidos pelos docentes".

d) decidir sobre os critérios de avaliação das diferentes disciplinas".

Comentários:

Alternativa A Errado. As reuniões pedagógicas são momentos de estudo para a equipe de trabalho na escola. Apesar de ser possível convidar alguns pais, como representantes da comunidade, para

participarem desse momento, seria impossível abrir espaço para que todos participem de todas as reuniões pedagógicas.

Alternativa B Certo. Especialmente no momento de construção e reconstrução do Projeto Político-Pedagógico da escola.

Alternativa C Errado. Os pais não têm função de supervisionar o trabalho docente.

Alternativa D Errado. O responsável por definir os critérios de avaliação é o professor.

Gabarito: alternativa B

4. (VUNESP – PREFEITURA DE OLÍMPIA - SP / INSPETOR DE ALUNOS)

Estudando a legislação educacional brasileira para um concurso público que pretendia prestar, Anderson verificou que, quanto à gestão democrática, no que diz respeito à participação como princípio, a Lei nº 9.394/96 (LDBEN) dispõe, no Art. 14, que

"Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – Participação das comunidades escolar e local em

a) reuniões pedagógicas para elaboração de planos de ensino".

b) atuações cooperativas na execução de tarefas esporádicas".

c) conselhos municipais de educação ou equivalentes".

d) conselhos escolares ou equivalentes".

Comentários:

Alternativa A Errado. Quem faz a elaboração de planos de ensino são os professores.

Alternativa B Errado. As atuações de cooperação não devem acontecer esporadicamente, devem fazer parte da cultura organizacional da escola.

Alternativa C Errado. Os Conselhos municipais de educação costumam ser formados por estudiosos da área e não são da alçada da escola.

Alternativa D Certo. É importante que a comunidade escolar participe ativamente dos conselhos de escola e equivalentes, como a APM por exemplo, para se efetivar o exercício de uma gestão democrática.

Gabarito: alternativa D

5. (AOCP / PREFEITURA DE UMUARAMA - PR / PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL– 2019)

A gestão democrática está garantida na Constituição Federal de 1988 e, como a educação é um direito de todos, dever do Estado e da família, deve ser promovida em parceria com a sociedade civil. Dessa maneira, a gestão democrática pressupõe a participação da comunidade escolar nos processos de decisão da escola.

Considerando o exposto, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I. Reconhecida constitucionalmente, a gestão democrática deve estar marcada no coração das escolas e, para que isso aconteça, ela é o caminho.
II. A educação, por ser um serviço público e estar em conformidade com a Lei, precisa atender aos princípios de administração empresarial.
III. A escola, para cumprir os princípios constitucionais e promover ações democráticas, deve focar na gestão escolar, pois ela permite almejar a função social da escola.
IV. A gestão escolar tem a atribuição de apenas promover uma educação sistematizada às camadas populares.

a) Apenas I.

b) Apenas II e IV.

c) Apenas I e III.

d) Apenas IV.

Comentários:

Item I Certo. A gestão democrática é estabelecida na constituição federal de 1988.

Item II Errado. Apesar de estarmos falando de gestão, escola ainda é escola e não funciona com a lógica empresarial.

Item III Certo. Uma das principais formas de garantir qualidade e alcançar a função social da escola é através da implementação de uma gestão escolar democrática.

ITEM IV Errado. A gestão democrática tem como atribuição promover a participação de todos nos processos decisórios na escola.

ATENÇÃO! Cuidado na prova com palavras como apenas, sempre, nunca... podem ser pegadinha!

Gabarito: alternativa C

6. (FUNDATEC / PREFEITURA DE SAPUCAIA DO SUL – RS / ATENDENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL)

Segundo Veiga, a abordagem do Projeto Político-Pedagógico, como organização do trabalho da escola como um todo, está fundada nos princípios que deverão nortear a escola democrática, pública e gratuita, quais sejam:

I. Igualdade.

II. Valorização do magistério.

III. Gestão democrática.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas III.

c) Apenas I e II.

d) I, II e III.

Comentários:

Atenção! Nem todos os conceitos que estamos vendo aqui foram aprendidos nessa aula mas todos eles já foram estudados anteriormente! Na aula em que falamos sobre PPP, abordamos exatamente esses pontos! Vamos retomar?

O PPP como organização do trabalho da escola como um todo está fundada nos princípios de igualdade, valorização do magistério e gestão democrática, que deverão nortear a escola democrática, pública e gratuita.

Gabarito: alternativa D

7. (VUNESP/ CAMPINAS – SP / COORDENADOR PEDAGÓGICO - 2019)

O processo educativo precisa ser um espaço para o exercício da democracia. E, para que isso se concretize, faz-se necessária uma nova forma de conceber a gestão da educação: a gestão democrática. Como elementos constitutivos dessa forma de gestão, podem ser apontados(as):

a) a participação, a autonomia, a transparência e a pluralidade.

b) a eficiência, o profissionalismo e a autonomia.

c) a hierarquização da autoridade, a cooperação e a pluralidade.

d) a delegação de tarefas, o profissionalismo e a diversidade

Comentários:

Alternativa A Certa. Esses são alguns dos elementos que fazem parte de uma gestão democrática.

Alternativa B Errada. Palavras como ”eficiência” e “eficácia” costumam remeter a uma lógica tecnicista de educação, que não combina com uma gestão democrática (são opostas, por sinal.)

Alternativa C Errado. A gestão democrática busca se afastar dessa hierarquização de autoridade, buscando criar na escola relações mais horizontais.

Alternativa D Errada. Decidir no coletivo não é o mesmo que delegar tarefas. Delegar tarefas significa que você tem o poder decisório e delega para outro tomar aquela decisão. Na gestão democrática, ninguém tem esse poder nas mãos. Todos discutem e decidem juntos os melhores caminhos.

Gabarito: alternativa A

8. (VUNESP / PREFEITURA DE SÃO ROQUE – SP / SECRETÁRIO ESCOLAR– 2020)

Complete a sentença a seguir, tornando-a verdadeira, de acordo com o conceito expresso no Caderno 11 do Programa Profuncionário – Disciplinas de Formação Técnica em Secretaria. “Como outro elemento fundamental da gestão democrática, a transparência está intrinsecamente ligada à ideia de escola como espaço público. Face ao predomínio da lógica econômica em todos os setores sociais, em especial na educação, garantir a visibilidade da escola frente à sociedade, torna-se .”

a) uma utopia educacional

b) um desejo da comunidade escolar

c) uma questão ética.

d) um obstáculo ao funcionário público

Comentários:

Atenção! Gosto de pegar questões assim para resolvermos juntos. Olha só, mesmo sem ter feito a leitura desse Caderno citado, que é específico para os servidores de São Roque, eu consigo responder a questão respirando fundo e mantendo a calma!

Vamos nos atentar aos princípios que fundamentam a implementação da gestão democrática e a garantia da função social da escola sendo atendida. Sob essa perspectiva, garantir a visibilidade da escola frente à sociedade é uma questão ética, pois aqui é a dimensão ética da função da escola que estamos buscando atender.

Gabarito: alternativa C

9. (VUNESP / PREFEITURA DE SÃO ROQUE – SP / DOCENTE / 2020)

Jorge, diretor de escola, em uma reunião com os inspetores de alunos, resolveu discorrer sobre os modelos de gestão escolar e destacar um deles. Para isso, montou uma apresentação que continha a seguinte afirmação: "A Gestão da qual estamos falando está baseada na participação social, ou seja, a comunidade escolar (professores, alunos, pais, direção, equipe pedagógica e demais funcionários) é considerada sujeito ativo em todo o processo da gestão, participando de todas as decisões da escola". Para completar, Jorge esclareceu que o art. 3o da LDBEN, Lei Federal no 9.394/96, apresenta tal modelo entre os princípios em que o ensino público, no Brasil, tem que ser ministrado. Assinale a alternativa que explicita corretamente o nome do modelo de gestão destacado pelo diretor Jorge.

a) Gestão com foco em processos

b) Gestão autocrática.

c) Gestão democrática.

d) Gestão meritocrática.

Comentários:

Tenho certeza de que essa foi tão fácil para vocês que nem precisam do meu comentário! Hehe. Lembrem-se: o modelo de gestão defendido pela nossa legislação educacional é de uma gestão democrática.

Gabarito: alternativa C

10. (CONSULPLAN / MINISTÉRIO PÚBLICO – PA / PEDAGOGO / 2019)

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seus artigos 13 e 14, a elaboração da proposta pedagógica deve contar com a participação dos profissionais da educação. Diante disso, analise as afirmativas relacionadas à gestão escolar democrática.

I. Exige o cultivo da cultura da participação, do trabalho coletivo, da ação colegiada, da realização pelo bem comum.

II. A tarefa da gestão democrática e participativa na escola é contribuir para a implementação das mudanças, ajudando a criar um clima favorável na comunidade que a cerca.

III. Deve haver a participação dos pais para a efetivação desse processo no âmbito escolar, sendo necessária uma mudança legislativa na Constituição Federal.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

a) I, II e III.

b) II, apenas.

c) I e II, apenas.

d) II e III, apenas.

Comentários:

Item I Certo. Para implementação de uma gestão verdadeiramente democrática é necessário que exista a cultura da participação e do trabalho coletivo.

Item II Certo. Algumas das funções da gestão democrática é garantir um clima favorável na comunidade escolar.

Item III Errada. A proposta de uma gestão democrática está prevista na legislação, não sendo necessária nenhuma alteração constitucional.

Gabarito: alternativa C

11. (FUNDEP / PREFEITURA DE UBERLÂNDIA – MG / PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL / 2019)

om base nos textos ***Gestão democrática da escola pública*, de Paro** (2016), e ***Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*, de Libâneo** *et al* (2018), assinale a alternativa **incorreta.**

a) Libâneo *et al*. (2018) argumenta que a gestão democrática-participativa se baseia na relação orgânica entre direção e a participação dos membros da equipe, além de acentuar a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos e defender uma forma coletiva de tomada de decisões.

b) ibâneo *et al*. (2018) destaca que a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar.

c) Paro (2016) expõe que o conceito de participação se fundamenta no princípio da igualdade de oportunidades, que significa a capacidade das pessoas e dos grupos para a livre determinação de si próprios. Desse modo a igualdade se opõe às formas autoritárias de tomada de decisão.

d) Paro (2016), ao discutir práticas políticas e administrativas, argumenta que a prática política precisa anteceder a atividade administrativa, alimentando a luta pela conquista das condições objetivas que possibilitarão a realização do processo administrativo.

Comentários:

Atenção! A questão está pedindo a informação incorreta!

Alternativa A Certa. A gestão democrática, para Libâneo, funciona quando existe uma boa relação entre direção e equipe e serve para tomada de decisões de forma coletiva.

Alternativa B Certa. Para Libâneo, a participação é a forma de se construir uma gestão democrática.

Alternativa C Errado. Nenhum dos autores citados defende esse ponto de vista quando tratamos de gestão democrática.

Alternativa D Certo. Paro diz que a dimensão política antecede as práticas administrativas da escola e, só quando é assim, a escola cumpre sua função social.

Gabarito: alternativa C

12. (FUNDEP / PREFEITURA DE UBERLÂNDIA – MG / INSPETOR / 2019)

Na perspectiva da gestão escolar como mediação para a realização de fins educativos, no livro *Gestão democrática da escola pública* (2016), Paro defende que o(a)

a) projeto de democratização das relações no interior da escola é uma utopia no sentido de ser uma realidade irrealizável.

b) problema da escola pública no Brasil é o da administração de recursos, e não o da falta de recursos.

c) construção de uma escola transformadora requer a participação efetiva das camadas trabalhadoras nos destinos da educação escolar.

d) diretor, como autoridade última no interior da escola, detém a autonomia e o poder para transformar a escola na direção dos interesses da qualidade da educação.

Comentários:

Alternativa A Errado. Paro defende que é possível democratizar as relações no interior da escola.

Alternativa B Errado. Paro afirma que o problema da escola é tanto a falta de recursos quanto a dificuldade na administração dos recursos existentes.

Alternativa C Certo. Novamente aparece a questão da participação como ponto fundamental de construção de uma escola com valor social.

Alternativa D Errado. Apesar de ser a autoridade última dentro da escola, quem tem o poder de delimitar os caminhos para alcançar uma escola de qualidade é o coletivo de professores, funcionários, pais e comunidade.

Gabarito: alternativa C

13. (IDCAP / PREFEITURA DE GOVERNADOR LINDENBERG – ES / PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL / 2019)

A Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)

Analise o Art. 14 e respectivos incisos. Após análise, marque a alternativa cujos incisos estão coerentes com o *caput* do referido artigo.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.

II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

III. Elaboração e cumprimento do plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

IV. Estabelecimento de estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento.

a) I; II e III apenas.

b) II; III e IV apenas.

c) I; II; III e IV

d) I e II apenas.

Comentários:

Item I Certo. Os profissionais devem participar da construção do PPP da escola.

Item II Certo. A comunidade escolar e local deve participar do conselho de escola ou de outros colegiados equivalentes, como a APM por exemplo.

Item III Errada. Quem faz esse trabalho são os professores e isso não está delimitado como característica da gestão democrática na legislação.

Item IV Errada.

Gabarito: alternativa D

14. (AMAUC / PREFEITURA DE LINDÓIA DO SUL – SC / GESTOR ESCOLAR / 2019)

A Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, no artigo 2º aponta que a educação pública deve ter como um de seus princípios a gestão democrática. Assinale a alternativa CORRETA que se refere à ação na escola que corresponde com este princípio:

a) Desconsiderar a opinião da equipe pedagógica, definindo datas e eventos exigindo a participação de todos os profissionais.

b) Determinar que a escola não apoie a criação de grêmio estudantil ou qualquer tipo de representação discente de forma que esta participação ocorra exclusivamente em atividades pedagógicas em sala de aula.

c) Deliberar que valores recebidos de qualquer forma: doação, eventos ou repassados pela rede de ensino não sejam de conhecimento da comunidade escolar ou dos profissionais da escola. É fundamental que o gestor defina a aplicação dos recursos e aponte as necessidades que a instituição apresenta.

d) A gestão democrática se funda na transparência do planejamento e aplicação de recursos, na participação efetiva da comunidade, na escuta atenta das opiniões e necessidades dos alunos bem como da essencial reflexão e cooperação docente em todas as situações cotidianas.

Comentários:

Letra A Errado. A definição de eventos e a própria definição do calendário escolar deve ser discutida com toda a comunidade escolar.

Letra B Errado. Ao contrário, é essencial que sejam incentivadas as criações de Grêmio estudantil e de outras formas de participação dos alunos.

Letra C Errada. O gestor não define nada sozinho. Essas decisões são tomadas de forma coletiva.

Letra D Correta.

Gabarito: alternativa D

15. (FCM / PREFEITURA DE CARANAÍBA – MG / PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA / 2019)

Para Marchesi e Martín (2003, p.114), "a descentralização da gestão do ensino e a maior autonomia concedida às escolas é uma tendência constante na maioria dos países. A autonomia desenvolve-se para favorecer a capacidade de decisão das escolas, para aumentar o compromisso da comunidade educativa e para facilitar a adaptação de cada escola ao seu ambiente e a seus alunos."

Por estes motivos, cabe ao professor participar de reuniões, de conselhos e de outras atividades que ajudem a escola a aumentar sua efetividade no que diz respeito à aprendizagem dos alunos.

Avalie o que se afirma sobre as contribuições do professor que participa de reuniões, dos conselhos e de outras atividades que conferem autonomia às escolas.

I- A participação dos professores ajuda a escola a promover mudanças decorrentes das transformações sociais, das propostas externas de reforma e dos programas internos de inovação.

II- A participação dos professores e da comunidade favorece o envolvimento e o compromisso, abrindo novas vias para a cooperação.

III- A participação dos professores em reuniões, conselhos e outras atividades confere à escola um caráter centralizador e regulador do ensino.

Está correto apenas o que se afirma em

a) II.

b) I e III.

c) II e III.

d) I e II

Comentários:

Item I Certo. A participação dos professores suscita mudanças e transformação na escola.

Item II Certo. Os professores se envolvem mais com a escola quando tem a oportunidade de participarem dela.

Item III Errada. Esse movimento não acarreta um caráter centralizador e regulador do ensino, pelo contrário.

Gabarito: alternativa D

16. (IBADE / PREFEITURA DE ARACRUZ – ES / PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 2019)

A política educacional só terá sentido quando democraticamente construída por uma identidade:

a) coletiva.

b) abstrata.

c) individual.

d) tecnológica.

Responder

Comentários:

Lembrem-se que a política educacional deve ser sempre construída por uma identidade coletiva.

Gabarito: alternativa A

17. (VUNESP / PREFEITURA DE PERUÍBE – SP / PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II / 2019)

Conforme Libâneo (2013), a finalidade geral do ensino fundamental é estimular a assimilação ativa dos conhecimentos sistematizados, das capacidades, habilidades e atitudes necessárias à aprendizagem, tendo em vista a preparação para o prosseguimento dos estudos ano a ano, para o mundo do trabalho, para a família e para as demais exigências da vida social. Nessa perspectiva, entre outras, é tarefa da escola pública democrática

a) assegurar a transmissão e a assimilação dos conhecimentos e habilidades que constituem as matérias de ensino.

b) evitar que a educação assuma um viés político, que poderia desviar os alunos para o envolvimento em lutas sociais.

c) proporcionar aos ricos educação geral e formação intelectual; aos pobres, o ensino profissional visando ao trabalho técnico.

d) reduzir o ensino à transmissão de conhecimentos na forma de transferência da cabeça do professor para a do aluno.

Comentários:

Alternativa A Certo. É ainda função primordial da escola transmitir conhecimentos e garantir sua assimilação.

Alternativa B Errada. A educação, por si só, é um ato político. É impossível não considerar a dimensão política do ato educativo.

Alternativa C Errada. A educação é direito de todos com condições de igualdade de acesso, permanência e qualidade.

Alternativa D Errado. Libâneo faz a defesa de uma educação progressista, que é contrária a essa visão bancária de transmissão de conteúdos.

Gabarito: alternativa A

18. (FURB / PREFEITURA DE BLUMENAU – SC / PROFESSOR ANOS INICIAIS / 2019)

A Gestão escolar é o ato de gerir a dinâmica cultural da escola, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas para a implementação de seu projeto político-pedagógico e compromissado com os princípios da democracia. Sobre Gestão Democrática, assinale a alternativa correta:

a) É um princípio constitucional garantido, desde a Constituição de 1934. Consolidou as Leis Trabalhistas, sendo suspensa, provisoriamente, na constituição de 1967 (período militar), mas retomada na Constituição seguinte.

b) São cinco os elementos indispensáveis a uma gestão democrática: legalidade, centralidade, moralidade, impessoalidade e eficiência.

c) O princípio da gestão democrática está inscrito na Constituição Federal e na LDB. Deve ser desenvolvido em todos os sistemas de ensino e escolas públicas do País. Contudo, como não houve a normatização necessária dessa forma de gestão nos sistemas de ensino, ela vem sendo desenvolvido de diversas formas e a partir de diferentes denominações como gestão participativa, gestão compartilhada, cogestão, etc.

d) O sentido de qualidade na educação está implicado a gestão democrática à medida que este significa uma verdadeira transposição do conceito do mundo empresarial para a escola. Sendo assim, na educação, esse sentido necessita estar referenciado no mercado.

Comentários:

Alternativa A Errado. A gestão democrática é um princípio constitucional mas só foi implementado na CF de 88.

Alternativa B Errada. legalidade, centralidade, moralidade, impessoalidade e eficiência são os cinco princípios da administração pública.

Alternativa C Certo.

Alternativa D Errada. Ela não significa uma transposição do conceito do mundo empresarial para a escola.

Gabarito: alternativa C

19. (VUNESP / PREFEITURA DE PERUÍBE – SP / DIRETOR DE ESCOLA / 2019)

Com base na publicação *Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública* (2004), é correto afirmar acerca do Conselho Escolar:

a) O critério de escolha dos conselheiros deve seguir o disposto na LDB, que faz referência à formação e ao notório saber na área da educação. O diretor não é um membro efetivo, atua de forma definitiva na execução das decisões.

b) Tem como finalidade a defesa dos interesses coletivos, do projeto político-pedagógico da escola, que requer uma visão do todo, construída desde os diferentes pontos de vista das categorias que o constituem.

c) A gestão democrática pode comprometer a autonomia da escola, no processo de afirmação de suas diretrizes e princípios, cabendo ao Conselho Escolar, nessas situações, a delimitação de estratégias que garantam o alcance dos objetivos legais.

d) O papel dos representantes das categorias sociais do Conselho Escolar é o da defesa dos interesses de sua corporação, uma vez que a representação por meio de categorias tem como fundamento a expressão da voz plural da sociedade organizada..

Comentários:

Alternativa A Errada. O diretor é membro nato do Conselho.

Alternativa B Certa.

Alternativa C Errada. Pelo contrário, a gestão democrática favorece a autonomia da escola.

Alternativa D Errada. A busca deve ser por interesses coletivos e não interesses das categorias de forma individual.

Gabarito: alternativa B

20. (VUNESP / PREFEITURA DE PERUÍBE – SP / SUPERVISOR DE ENSINO / 2019)

A supervisora de ensino Silvina, em sua função de supervisionar, orientar e atuar juntamente com os gestores escolares, está preocupada com o desenvolvimento de uma gestão democrática nas escolas em que atua. Concordando com Libâneo (In: Libâneo, Oliveira e Toschi, 2010), ela sabe que a organização e os processos de gestão assumem diferentes modalidades, conforme a concepção que se tenha das finalidades sociais e políticas da educação em relação à sociedade e à formação dos alunos. Segundo ela, em uma das escolas em que atua, os gestores consideram como elemento prioritário na análise dos processos de organização e gestão os significados subjetivos, as intenções e a interação das pessoas; veem as práticas organizativas como uma construção social baseada nas experiências subjetivas; recusam a possibilidade de conhecimento mais preciso dos modos de funcionamento de determinada organização. Essa concepção de gestão, de acordo com Libâneo, é a concepção

a) técnico-científica

b) autogestionária

c) interpretativa

d) democrático-participativa

Comentários:

Alternativa A Errada. A concepção técnico- científica é carregada de prescrições detalhadas de funções e tarefas, fundamentada na hierarquia, com poder totalmente centralizado no diretor de escola, com uma comunicação linear e com normas e regras rígidas. Aqui, a ênfase é maior nas tarefas do que nas pessoas.

Alternativa B Errada. A concepção autogestionária vincula as formas de gestão interna com as formas de autogestão social, as decisões são tomadas coletivamente e com ênfase na auto-organização dos sujeitos. Aqui a ênfase está nas relações estabelecidas entre os sujeitos, mais do que nas tarefas

Alternativa C Certa. A concepção interpretativa privilegia menos o ato de organizar e mais a ação organizadora, destacando o caráter humano e preterindo o caráter formal, estrutural, normativo

Alternativa D Errado. A concepção democrático-participativa busca definição explicita por parte da escola de seus objetivos, articulação entre gestão, funcionários, alunos e comunidade, busca de objetividade no trato das questões de organização, todos dirigem e são dirigidos, todos avaliam e são avaliados. A ênfase é tanto nas tarefas quanto nas relações.

Gabarito: alternativa C

21. (VUNESP / PREFEITURA DE ITAPEVI – SP / PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II / 2019)

No documento "A função social da escola" – apresentado na Conferência Nacional de Educação Básica de 2008, Celina Alves Arêas defende que educação não é mercadoria e que comercializar estudantes é crime. Em tal defesa, a autora considera que um governo comprometido com uma educação de qualidade deve

a) investir no ensino público, controlar e regulamentar o ensino privado.

b) incentivar a meritocracia nas instituições educacionais.

c) discutir com os organismos internacionais, os rumos da educação nacional.

d) estabelecer dois sistemas nacionais de educação: um da rede pública e outro do setor privado.

Comentários:

Alternativa A Certa.

Alternativa B Errada. Pelo contrário, o conceito de meritocracia tem se mostrado uma falácia quando se trata da realidade da nossa sociedade, que tem como característica ser muito desigual.

Alternativa C Errada. A intervenção de mecanismos internacionais para discutir os rumos da educação nacional não é defendido.

Alternativa D Errada.

Gabarito: alternativa A

22. (ADM&TEC / PREFEITURA DE PEDRA – PE / PROFESSOR ANOS INICIAIS / 2019)

Leia as afirmativas a seguir:

I. O conselho escolar não pode prescindir dos professores e dos funcionários. Os conselhos reafirmam, tanto nos aparatos legais como nas práticas vinculadas a sua função e atuação, a gestão democrática nas escolas públicas que têm no estabelecimento de seus mecanismos legais a participação política da população como um de seus pilares, ou seja, a participação da comunidade que é tida como condição à democratização.

II. O projeto político-pedagógico (PPP) pressupõe a construção coletiva da concepção de currículo, gestão democrática e de formação continuada. Assim, o PPP das escolas precisa concretizar as metas e estratégias do Plano de Educação de seu município, estado e país. Ele é o instrumento que pode projetar a curto prazo e no cotidiano escolar ações para atingir as metas desses planos.

Marque a alternativa CORRETA:

a) As duas afirmativas são verdadeiras.

b) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.

c) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.

d) As duas afirmativas são falsas.

Gabarito: alternativa A

23. (COPESE – UFT / PREFEITURA DE PORTO NACIONAL – TO / PEDAGOGO - 2019)

Em relação à gestão democrática na escola, assinale a alternativa **CORRETA.**

a) A gestão democrática é parte do processo neoliberal de desresponsabilização do Estado, colocando sob a responsabilidade de alguns o caminho percorrido pela comunidade escolar.

b) A gestão democrática deve se ocupar apenas do planejamento eficiente do espaço: definir metas para a apropriação de recursos e para a redução de custos, metas para alavancar os resultados pedagógicos de forma eficiente e quantitativa.

c) A gestão democrática na escola não se caracteriza apenas pela eleição de diretores, mas, como um conjunto de medidas que unem coletividade, planejamento, estabelecimento e cumprimento de metas a curto, médio e longo prazo, visando sempre o conhecimento do aluno.

d) A construção da democracia nas escolas públicas deve garantir o planejamento coletivo, a análise financeira criteriosa e a legalização do processo de gestão enquanto ferramenta de controle do gestor.

Comentários:

Alternativa A Errada. Gestão democrática não é desresponsabilização mas sim responsabilização conjunta.

Alternativa B Errada. Não é apenas disso que a gestão democrática irá se ocupar.

Alternativa C Correta.

Alternativa D Errada. Não devem, nunca, servir para ferramenta de controle do gestor.

Gabarito: alternativa C

24. (COPESE – UFT / PREFEITURA DE PORTO NACIONAL – TO / PEDAGOGO - 2019)

Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA.**

O Projeto Político Pedagógico da escola deve ser uma construção coletiva, envolvendo toda a comunidade escolar, ou seja, trabalhar numa visão democrática. Esse processo é visto como:

a) descentralização de papéis, democratização do processo de tomada de decisões, processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório.

b) controle hierárquico das divisões de tarefas, centralização dos papéis, continuidade de ações.

c) democratização dos papéis, instalação de um processo coletivo de fragmentação das decisões, avaliação de cunho classificatório.

d) reorganização da escola, tomada coletiva de decisões e descontinuidade de ações passadas.

Comentários:

Alternativa A Certa.

Alternativa B Errada. A ideia é descentralizar e tornar as relações mais horizontais.

Alternativa C Errada. As decisões não devem ter um caráter fragmentado e a avaliação não deve ser de cunho classificatório.

Alternativa D Errada. Não devemos visar a descontinuidade de ações passadas. A ideia é continuar com o que foi bom e propor mudanças para o que não está funcionando tão bem assim.

Gabarito: alternativa A

25. (COPESE – UFT / PREFEITURA DE PORTO NACIONAL – TO / PEDAGOGO - 2019)

Sobre a função sociocultural da escola, assinale a alternativa **CORRETA.**

a) Os docentes devem identificar as relações sociais e reforçá-las em sala de aula, demonstrando respeito pela cultura local e atendendo, assim, a uma das funções sociais da escola.

b) A escola deve assumir uma posição político-partidária e incentivar a comunidade escolar a concordar com ela, como forma de modificação do contexto social.

c) A escola tem como função exclusiva transmitir os conteúdos de aprendizagem de forma correta, por meio da metodologia apropriada para o aprendizado dos estudantes.

d) A democratização da gestão educacional é um princípio importante da educação brasileira e está vinculado à função social da escola.

Comentários:

Alternativa A Errada. A função social da escola não é repetir os papéis sociais e sim, quando for o caso, subvertê-los.

Alternativa B Errado. O ato educativo não pode ser desvinculado ao seu aspecto político, porém, aqui falamos de política em seu sentido amplo e não em política partidária.

Alternativa C Errada. Claro que transmitir conteúdos é função primordial da escola mas não é a única função. Cuidado com palavras como “exclusiva”

Alternativa D Certa.

Gabarito: alternativa D

26. (IF – MT / TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS / 2019)

A gestão democrática da escola está presente na relação professor-aluno, escola-família e sistema de ensino-comunidade. A Lei 9.394/1996 define a incumbência dos estabelecimentos de ensino, dos docentes e dos sistemas de ensino para a efetividade da gestão democrática. No art. 14 da citada Lei, estão definidos os princípios a serem observados pelos sistemas de ensino ao definirem as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica. Marque a alternativa correta que se refere a esses princípios:

a) Participação prioritária dos professores na elaboração do projeto pedagógico da escola; e participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

b) Zelar pela aprendizagem dos alunos; e estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento.

c) Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; e participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

d) Domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna; e conhecimento das formas contemporâneas de linguagem.

Comentários:

Vocês conseguiram perceber que essa mesma pergunta apareceu várias vezes por aqui, com caras diferentes? É para não errar nunca mais! Percebam que alguns pontos são cobrados sempre, por diferentes bancas, só mudando a "embalagem".

Gabarito: alternativa C

27. (FUNDATEC / PREFEITURA DE SANTA ROSA – RS / PROFESSOR DE HISTÓRIA / 2019)

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o sistema federal de ensino compreende:

I. As instituições de ensino mantidas pela União.
II. As instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa pública.
III. Os órgãos federais de educação.

Quais estão corretas?

a) Apenas I

b) Apenas III.

c) I, II e III.

d) I e III.

Comentários:

Item I Certo. As instituições de ensino que são mantidas pela União, como por exemplo os institutos federais, fazem parte do sistema federal de ensino.

Item II Errado. A União credencia, normatiza, avalia e fiscaliza as instituições de ensino superior privadas mas elas não fazem parte do sistema federal de ensino.

Item III Certo.

Gabarito: alternativa D

28. (ADM&TEC / PREFEITURA DE TEOTÔNIO VILELA – AL / SECRETÁRIO ESCOLAR / 2019)

Leia as afirmativas a seguir:

I. Uma das questões a serem enfrentadas na gestão democrática é o respeito e a abertura de espaço para o "pensar diferente". É o pluralismo que se consolida como postura de reconhecimento da existência de diferenças de identidade e de interesses que convivem no interior da escola e que sustentam, através do debate e do conflito de ideias, o próprio processo democrático.

II. O currículo escolar não está ligado, ou mesmo comprometido, com as relações de poder.

III. O sentido de qualidade na educação não pode ser uma simples transposição deste conceito do mundo empresarial para a escola, isto é, na educação, esse sentido necessita estar referenciado nas questões e necessidades sociais.

Marque a alternativa CORRETA:

a) Nenhuma afirmativa está correta.

b) Apenas uma afirmativa está correta.

c) Apenas duas afirmativas estão corretas.

d) Todas as afirmativas estão corretas.

Comentários:

Item I Certo. Esses são os desafios para se estabelecer uma gestão de fato democrática na escola.

Item II Errado. Pelo contrário, o currículo está completamente ligado com as relações de poder. O currículo é um território em disputa (veremos mais sobre isso em outra aula)

Item III Certo. Escola é escola, não adianta só transpor o termo da empresa para ela.

Gabarito: alternativa C

29. (ADM&TEC / PREFEITURA DE TEOTÔNIO VILELA – AL / SECRETÁRIO ESCOLAR / 2019)

Leia as afirmativas a seguir:

I. A gestão democrática é uma prática prevista na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e no Plano Nacional de Educação (PNE). É uma forma de exercitar a democracia participativa, podendo contribuir para a própria democratização da sociedade

II. A gestão democrática na escola e nos sistemas de ensino é um processo de construção da cidadania emancipada. Para tanto, são elementos indispensáveis a uma gestão democrática: a participação, o pluralismo, a autonomia e a transparência.

a) As duas afirmativas são verdadeiras.

b) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.

c) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.

d) As duas afirmativas são falsas.

Comentários:

Alternativa I Certa.

Alternativa II Certa.

Gabarito: alternativa A

30. (ADM&TEC / PREFEITURA DE TEOTÔNIO VILELA – AL / SECRETÁRIO ESCOLAR / 2019)

Leia as afirmativas a seguir:

I. A democratização da educação não se limita ao acesso à escola. O acesso é, certamente, a porta inicial para o processo de democratização, mas torna-se necessário também garantir que todos que ingressam na escola tenham condições para nela permanecer com sucesso.

II. O Conselho Escolar, como órgão consultivo, deliberativo e de mobilização do processo de gestão democrática, não deve configurar-se como instrumento de controle externo, mas como um parceiro de todas as atividades que se desenvolvem no interior da escola. E, nessa linha de raciocínio, a função principal do Conselho Escolar está ligada à essência do trabalho escolar, isto é, está voltada para o desenvolvimento da prática educativa.

Marque a alternativa CORRETA:

a) As duas afirmativas são verdadeiras.

b) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.

c) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.

d) As duas afirmativas são falsas.

Comentários:

Alternativa I Certa.

Alternativa II Certa.

Gabarito: alternativa A

31. (VUNESP / UFABC / PEDAGOGO / 2019)

A gestão democrática da educação requer mais do que simples mudanças nas estruturas organizacionais; requer mudança de paradigmas que fundamentem a construção de uma proposta educacional e o desenvolvimento de uma gestão diferente da que hoje é vivenciada. Ela precisa estar para além dos padrões vigentes, comumente desenvolvidos pelas organizações burocráticas. A democratização dos sistemas de ensino e da escola implica

a) a abolição de toda e qualquer forma de autoridade do diretor dos estabelecimentos públicos de ensino.

b) a substituição dos cargos de chefia como direção, coordenação e supervisão por conselhos escolares.

c) a eleição, pela comunidade escolar, de todos os cargos de chefia, já que a forma de provimento no cargo define o tipo de gestão.

d) o aprendizado e vivência do exercício de participação e de tomadas de decisão.

Comentários:

Alternativa A Errada. O diretor de escola permanece sendo figura de autoridade e responsável pelos processos administrativos e pedagógicos.

Alternativa B Errada. Esses cargos não são substituídos, eles permanecem.

Alternativa C Errada. Muitos cargos são assumidos através de concurso público e não por eleição. Existem autores que defendem a eleição do diretor de escola, já outros compreendem que o acesso ao cargo deve ser por meio de concurso. Tem um pouco dos dois pelo Brasil afora.

Alternativa D Certa.

Gabarito: alternativa D

GABARITO



1. B
2. B
3. B
4. D
5. C
6. D
7. A
8. C
9. C
10. C
11. C
12. C
13. D
14. D
15. D
16. A
17. A
18. C
19. B
20. C
21. A
22. A
23. C
24. A
25. D
26. C
27. D
28. C
29. A
30. A
31. D